



GOVERNO MUNICIPAL  
**LAJINHA**  
Cidade que cresce com você.



SECRETARIA DE  
**SAÚDE**  
L A J I N H A

# PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

2026–2029



**Secretaria Municipal de Saúde:**

Maira Alves Pimentel

**Coordenadores Municipais de Saúde**

**Atenção Primária:** Murilo Cortez Bastos

**Coordenadora da Farmácia de Minas:** Adenilse Alves Feitosa

**Coordenadora do Serviço de Odontologia:** Ludmila Rodrigues Andrade

**Coordenadora da Policlínica Municipal:** Naiara Fonseca Silva

**Coordenador do Serviço de Radiologia:** Alberto Lopes de Carvalho

**Vigilância em Saúde:** Mariana Hottz dos Reis

**Centro de Atenção Psicossocial:** Natam Martins Ruela

**Pronto Atendimento Municipal:** José Maria Monteiro Filho

**Coordenador do Transporte Municipal:** Lúcio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>2 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LAJINHA.....</b>	<b>05</b>
2.1 História De Lajinha.....	05
2.1.1 Formação Administrativa.....	06
2.2 Localização Geográfica.....	07
2.3 Identificação De Lajinha.....	08
2.4 Indicadores De Vulnerabilidade Social.....	09
2.5 Dependência Do Sus E Cobertura Da Atenção Primária.....	09
2.6 PERFIL DEMOGRÁFICO.....	10
2.6.1 Pirâmide etária.....	10
2.6.2 Indicadores de Primeira Infância.....	12
2.6.3 Idosos.....	13
<b>3 INDICADORES DE RASTREAMENTO E PREVENÇÃO.....</b>	<b>14</b>
3.1 Mulheres.....	14
3.2 Homens.....	14
3.3 População Geral.....	15
3.4 Implicações para a Rede de Atenção à Saúde.....	16
<b>4 DETERMINANTES DE SAÚDE.....</b>	<b>18</b>
<b>5 CONDICIONANTES DE SAÚDE.....</b>	<b>20</b>
5.1 Excesso de Peso e Obesidade.....	20
5.2 Consumo de Álcool e Tabagismo.....	21
5.3 Doenças Crônicas Autorreferidas.....	21
5.4 Saúde Mental.....	21
5.5. Pessoas com Deficiência.....	22
5.6 Implicações para a Gestão da Saúde.....	22
<b>6 REDE DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LAJINHA.....</b>	<b>24</b>
6.1 Atenção Primária.....	24
6.2 Atenção Especializada.....	24
6.3 Rede de Urgência e Emergência.....	25
6.4 Rede Alyne - Assistência Materno-Infantil.....	25
6.5 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) .....	26
6.6 Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.....	26
6.7 Saúde Bucal.....	26
6.8 Serviço de Laboratório de Análises Clínicas.....	26
<b>7 PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.....</b>	<b>27</b>
<b>8 ÁREAS TEMÁTICAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE.....</b>	<b>28</b>
8.1 Atenção Primária à Saúde (APS).....	28
8.2 Assistência Farmacêutica.....	28
8.3 Vigilância em Saúde.....	28
8.4 Atenção Especializada (Média e Alta Complexidade) .....	28
8.5 Gestão do SUS.....	28
<b>9 PROGRAMAÇÃO.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saúde (PMS) é o principal instrumento de planejamento estratégico da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, conforme estabelece a Lei nº 8.080/1990 e a Lei nº 8.142/1990. Sua elaboração obedece aos princípios da legalidade, transparência, controle social e corresponsabilidade interfederativa, orientando a organização das ações e serviços de saúde no período de quatro anos.

O presente Plano Municipal de Saúde de Lajinha – MG, referente ao quadriênio 2026-2029, foi elaborado em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais do SUS, respeitando os princípios da universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação social. Fundamenta-se também na Resolução CIT nº 1, de 2009, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no SUS, integrando os instrumentos de gestão e vinculando o Plano ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

A construção do PMS envolveu análise situacional detalhada, com base em dados epidemiológicos, demográficos, econômicos e sociais do território, bem como avaliação das metas pactuadas, dos indicadores de desempenho e da capacidade instalada da Rede de Atenção à Saúde. O processo de elaboração contou com a participação de gestores, trabalhadores, usuários e representantes do Conselho Municipal de Saúde, assegurando o controle social e a legitimidade do planejamento.

Dessa forma, o Plano Municipal de Saúde 2026-2029 expressa o compromisso da gestão municipal com o fortalecimento do SUS em Lajinha, promovendo ações estratégicas voltadas à ampliação do acesso, qualificação da atenção, valorização dos profissionais de saúde, modernização da gestão e garantia de direitos à população.

Este instrumento servirá de base para a elaboração dos Relatórios Anuais de Gestão (RAG), Programações Anuais de Saúde (PAS) e demais peças de monitoramento e avaliação, sendo essencial à gestão pública eficiente, transparente e voltada à melhoria da saúde coletiva.

## **2 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE LAJINHA**

### **2.1 História De Lajinha**

Lajinha teve como núcleo inicial a antiga fazenda São Domingos, de propriedade de Francisco Tomás de Aquino Leite Ribeiro- o Comendador Leite.

Em 1882, o fazendeiro deu início ao patrimônio que, legado aos descendentes, veio mais tarde a formar a cidade de Lajinha. Após a morte do comendador e em decorrência da abolição da escravidão, a fazenda esteve em estado de abandono. Nos primeiros anos deste século, restava apenas uma cultura de café sem tratamentos.

Segundo a tradição, foi Francisco Mateus Laranja quem dirigiu os trabalhos de derrubada da mata onde viria a crescer o povoado. Em 1910, o desbravador, junto com José Lucas de Barros, recebeu de Antônio Pedro Garcia, genro do Comendador do Leite, um alqueire de terra onde foi erguida uma capela em honra a Nossa Senhora de Nazaré.

Em 1916, a sede do distrito de Santana do José Pedro- atual município de São José do Mantimento, conforme Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911- foi transferida para a povoação do Lajinha do Chalé. A redução do nome para Lajinha deu-se em 1929.

Passou à município em 1938, desmembrando-se de Ipanema, com parte de território do município de Mutum.

Lajinha possui três datas comemorativas. A emancipação política do município se deu em 17 de dezembro de 1938. Para as comemorações da emancipação, foi nomeada uma comissão responsável para organizar os festejos. A comissão, por sua vez, publicou um panfleto convidando a população para a festa de emancipação da cidade que se realizaria no dia 1º de janeiro de 1939. Passado algum tempo foi criado e oficializado o Brasão de Armas do Município e nele foi grafada a data de 1º de janeiro de 1939, data da festa, quando na realidade deveria ter sido 17 de dezembro de 1938, data da emancipação. Para a próxima festa da cidade, os organizadores contaram com o imprevisto das chuvas que aconteceram na região no período de dezembro a maio do ano seguinte, e então somente conseguiram realizar as festividades no mês de junho, no dia 22. Desde então os Lajinhenses têm conhecimento de que o aniversário de Lajinha é 22 de junho. Em razão desse fato, a geração atual desconhece a data real do aniversário da cidade que é 17 de dezembro de 1938.

Gentílico: Lajinhense

### **2.1.1 Formação Administrativa**

A história administrativa de Lajinha acompanha uma série de reorganizações territoriais e mudanças de nomenclatura ao longo do século XX.

O distrito foi criado inicialmente com o nome Lajinha do Chalé, pela Lei Estadual nº 665, de 23 de agosto de 1916, subordinado ao então município de Rio José Pedro. Poucos anos depois, esse município passou por sucessivas alterações de nome: em 1923, pela Lei Estadual nº 843, Rio José Pedro passou a chamar-se José Pedro; e, posteriormente, em 1928, pela Lei Estadual nº 1035, recebeu a denominação de Ipanema.

Em seguida, o distrito de Lajinha do Chalé teve seu nome simplificado para Lajinha, conforme a Lei Estadual nº 1128, de 19 de outubro de 1929. Nas divisões administrativas de 1933, bem como nas de 1936 e 1937, o distrito aparece registrado como pertencente ao município de Ipanema.

A emancipação política ocorreu em 17 de dezembro de 1938, quando o distrito foi elevado à categoria de município, com a denominação de Lajinha, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 148, desmembrando-se de Ipanema. Sua sede passou a ser o antigo distrito de Lajinha. Nesse momento, o novo município era formado por dois distritos: Lajinha e Chalé, ambos oriundos do território de Ipanema.

Durante o período de 1939 a 1943, as divisões territoriais mantiveram o município composto por esses dois distritos.

Em 1953, pela Lei nº 1039, de 12 de dezembro, foram criados os distritos de Professor Eperber e São José do Mantimento, ambos com áreas desmembradas do distrito de Chalé e incorporados ao município de Lajinha. Assim, em 1955 e 1960, Lajinha figurava com quatro distritos: Lajinha, Chalé, Professor Eperber e São José do Mantimento.

Nova reorganização territorial ocorreu em 30 de dezembro de 1962, com a Lei Estadual nº 2764, que desmembrou os distritos de Chalé e Professor Sperber para formar o município de Chalé; e desmembrou o distrito de São José do Mantimento, que foi elevado à categoria de município próprio. Após esses desmembramentos, Lajinha permaneceu apenas com o distrito sede, conforme divisões de 1963 e 1999.

Posteriormente, a Lei nº 757 criou o distrito de Prata de Lajinha, anexando-o ao município. A partir de 2001, e novamente confirmado nas divisões de 2007, o município passou a ser constituído por dois distritos: Lajinha (sede) e Prata de Lajinha.

Por fim, registra-se também a alteração toponímica que simplificou o nome do distrito Lajinha do Chale para apenas Lajinha, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 1128, de 19 de outubro de 1929.

## **2.2 Localização Geográfica**

O município de Lajinha está localizado na região leste do Estado de Minas Gerais, integrando a microrregião de Manhuaçu e a macrorregião de Saúde Leste. Seu território situa-se na divisa entre Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo, fazendo de Lajinha um importante ponto de transição socioeconômica entre os dois estados.

O município possui posição estratégica, estando a aproximadamente a 350 km de Belo Horizonte, capital do estado, 60 km de Manhuaçu, principal polo regional e 70 km de Ibatiba/ES, facilitando o fluxo interestadual.

Lajinha ocupa uma área territorial marcada por relevo montanhoso e ondulado, típico da Zona da Mata mineira, com vales estreitos, encostas acentuadas e abundância de nascentes, fatores que influenciam tanto a dinâmica urbana quanto a organização da rede de serviços de saúde.

O clima predominante é o tropical de altitude, com duas estações bem definidas: período chuvoso no verão e estiagem moderada no inverno. As características geográficas favorecem atividades agropecuárias, especialmente a cafeicultura, principal base econômica local.

Limita-se territorialmente com os municípios de Chale (MG), Manhuaçu (MG), Mutum (MG), São José do Mantimento (MG) Iúna (ES).

Sua sede municipal está implantada em vale entre formações rochosas e serras, conferindo ao município um característico cenário paisagístico, marcado pelo contraste entre áreas urbanizadas e extensas áreas rurais.



Figura 1: Mapa com a localização de Lajinha

### 2.3 Identificação De Lajinha

Lajinha está localizada na altitude média de 500 m, está inserida na região geomorfológica da Serra do Caparaó. O centro do município, em linha reta, dista 35 km do Pico da Bandeira, terceira montanha mais alta do Brasil. A vegetação original é a floresta pluvial atlântica.

A economia da cidade é baseada na agricultura (cultivo de café) e no comércio. A exposição agrícola municipal é uma festa tradicional da cidade.

A cidade conta com diversas fortalezas rochosas como cercanias naturais que podem ser exploradas como turismo ecológico e radical. Do centro da cidade vê-se o Santuário Nossa Senhora da Conceição Aparecida situado no ápice da "Pedra da Baleia" numa altitude média de 680m. A cidade vem cumprindo anualmente para a melhoria da acessibilidade dos fiéis e a Igreja com a comemoração festiva e celebração de Missas principalmente no dia 12 de outubro. Os fiéis podem ir de carro, sentido Bairro Itá que dentro de 2 km haverá uma entrada à direita e mais 2,9 km de estrada ou a pé no sentido ao Bairro São Sebastião subir por 1,1 km. O marco da cidade disposto no Brasão é a "Pedra Torta" que com sua beleza pode ser vista de vários pontos da cidade na qual alcança uma altitude de aproximadamente 1.054m.

De acordo com o Plano Diretor de Regionalização Lajinha pertence à região de saúde de Manhuaçu e a Região de Saúde Ampliada Leste do Sul, possui uma população estimada de 20.835 habitantes e está classificado geograficamente como rural adjacente, segundo o IBGE. Essa característica territorial influencia diretamente na organização da rede de atenção à saúde, exigindo estratégias diferenciadas de acesso e cobertura, especialmente para populações em áreas rurais.

O Índice de Equidade e Dimensionamento (IED) do município é 4, sendo considerado alto desenvolvimento (boas condições, com acesso amplo e eficiente) (IBGE, 2022).

## **2.4 Indicadores De Vulnerabilidade Social**

Os indicadores de vulnerabilidade social de Lajinha revelam um quadro marcado pela forte dependência das políticas públicas de proteção social e do Sistema Único de Saúde. O município possui 8.883 pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família, correspondendo a 42,63% da população. Esse percentual permanece acima da média nacional, atualmente em 26,44%, e próximo da média estadual de 42%, evidenciando fragilidades socioeconômicas significativas que repercutem diretamente nos determinantes sociais da saúde, como condições de moradia, alimentação, escolaridade e acesso a serviços essenciais.

No que se refere à cobertura por planos privados de saúde, apenas 1.101 moradores possuem algum tipo de plano ou seguro, o que representa 5,283% da população. Esse índice é expressivamente inferior à média nacional de 25,66%, demonstrando que a grande maioria da população depende exclusivamente do SUS como principal fonte de cuidados e atendimento. Essa realidade amplia a responsabilidade da rede municipal de saúde, exigindo planejamento estruturado, ampliação da capacidade de resposta e organização eficaz dos serviços para garantir acesso, integralidade e qualidade na atenção aos cidadãos.

## **2.5 Dependência Do Sus E Cobertura Da Atenção Primária**

Os dados de cobertura assistencial de Lajinha evidenciam uma forte dependência da população em relação ao Sistema Único de Saúde. O município possui 20.734 habitantes vinculados exclusivamente ao SUS, correspondendo a 94% de sua população total. Esse percentual é superior à média estadual, que se encontra em 97,72%, e muito acima da média nacional, atualmente registrada em 114,36%, confirmando que o SUS constitui a principal - e praticamente única - porta de entrada para os serviços de saúde no município.

A cobertura da Atenção Primária à Saúde também se destaca. Estima-se que 20.500 moradores estejam cobertos pelas equipes de Saúde da Família, o que representa 114,36% da população. Esse percentual supera tanto a média nacional, de 94,03%, quanto a estadual, de 83,99%. Essa sobreposição, comum em municípios com intensa mobilidade populacional e grande abrangência territorial rural, indica que as equipes de Atenção Primária têm conseguido alcançar um número

expressivo de moradores, demonstrando eficácia no acesso e na cobertura, especialmente nas áreas rurais e nos territórios mais dispersos.

### **Considerações Técnicas**

A análise desses indicadores revela um município com alta dependência do SUS, elevado grau de vulnerabilidade social e cobertura de atenção primária abaixo do ideal, especialmente para um território com classificação rural. Esses dados reforçam a necessidade de priorizar no Plano Municipal de Saúde:

- A ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- A qualificação da atenção primária como ordenadora da rede;
- A integração com as redes de atenção da macrorregião e microrregião;
- O fortalecimento da vigilância em saúde e da atenção às populações em maior risco social.

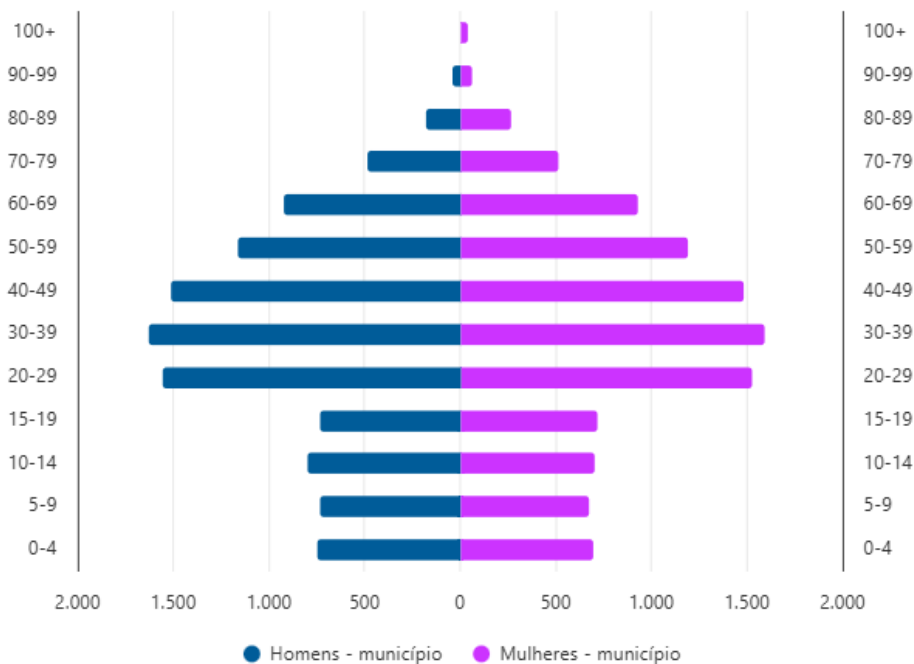
Além disso, é fundamental adotar ações intersetoriais para enfrentar os determinantes sociais da saúde, como pobreza, insegurança alimentar, acesso à educação e moradia digna, fortalecendo o papel da saúde como eixo articulador do desenvolvimento local com equidade.

## **2.6 PERFIL DEMOGRÁFICO**

### **2.6.1 Pirâmide etária**

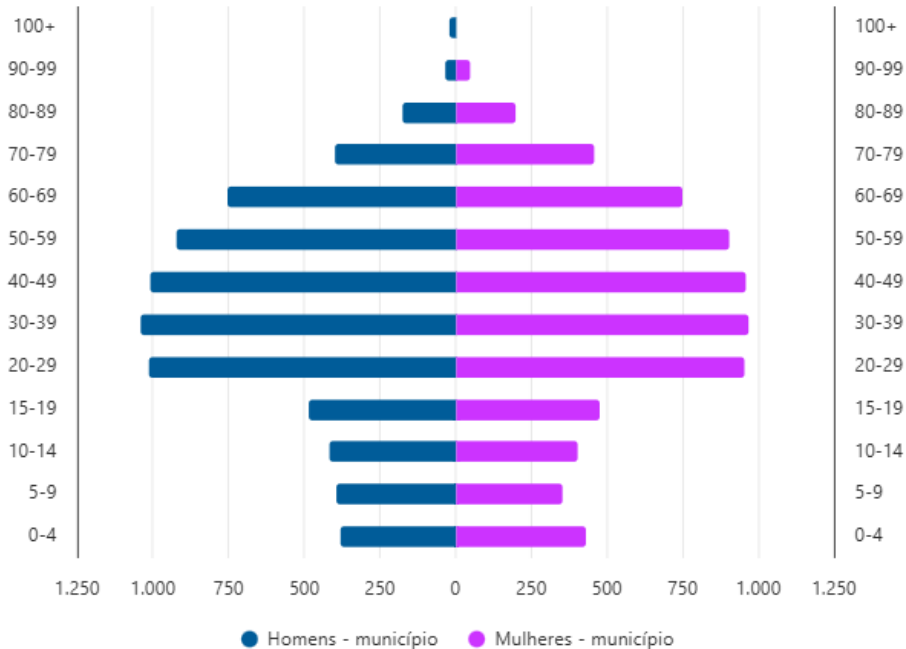
A pirâmide etária de Lajinha revela um município em fase intermediária da transição demográfica, caracterizado pela redução contínua das taxas de fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida e por um processo gradual de envelhecimento populacional. A base da pirâmide, correspondente à faixa de 0 a 14 anos, apresenta-se estreita, indicando diminuição do número de nascimentos e redução da população infantil. Esse comportamento aponta para impactos futuros na demanda por serviços educacionais e de assistência à primeira infância, ao mesmo tempo em que reforça a importância de manter a cobertura vacinal, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e a qualificação da atenção materno-infantil, mesmo diante de um contingente menor de crianças.

### Pirâmide Etária



Fonte: Censo 2022 – IBGE.

### Pirâmide Etária



Fonte: Censo 2022 – IBGE.

Entre 20 e 59 anos, observa-se a faixa mais volumosa da população, o que indica forte concentração de pessoas em idade economicamente ativa. Esse perfil reforça a necessidade de organizar a rede de atenção primária para responder à elevada demanda por cuidados relacionados às doenças crônicas

não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e obesidade, além de ampliar ações de saúde do trabalhador, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental. Essa estrutura também evidencia a importância de políticas contínuas de promoção da saúde e prevenção de agravos, dada a relevância epidemiológica dessa faixa etária.

O contingente de pessoas com 60 anos ou mais apresenta crescimento progressivo, especialmente entre 60 e 79 anos, com maior predominância feminina nas idades mais avançadas, refletindo o padrão de maior longevidade das mulheres. Esse cenário aponta para a necessidade de fortalecer a rede de atenção à pessoa idosa, promovendo intervenções voltadas ao envelhecimento saudável, prevenção de quedas, acompanhamento regular de doenças crônicas, suporte às condições de dependência e organização de cuidados paliativos. Também evidencia a importância de ações intersetoriais que favoreçam apoio familiar, convivência comunitária e proteção social, essenciais para assegurar qualidade de vida na velhice.

### **2.6.2 Indicadores de Primeira Infância**

Os indicadores referentes à primeira infância em Lajinha mostram que o município possui 561 crianças com até 1 ano de idade, o que corresponde a 2,82% da população total, e 1.403 crianças menores de cinco anos, representando 7,05% dos habitantes. Esses percentuais, relativamente baixos, reforçam a tendência de declínio da fecundidade e indicam que a estrutura da rede de atenção materno-infantil deve ser periodicamente reavaliada, de modo a ajustar sua capacidade instalada à demanda real e às necessidades específicas dessa faixa etária.

A primeira infância, compreendida do nascimento aos cinco anos, é reconhecida como uma fase decisiva para o desenvolvimento humano. Trata-se do período em que o cérebro apresenta ritmo acelerado de crescimento e maturação, estabelecendo bases fundamentais para o aprendizado, o comportamento, a saúde física e emocional ao longo da vida. É nessa etapa que se consolidam habilidades motoras, cognitivas, sociais e afetivas, exigindo ambientes seguros, vínculos estáveis e estímulos positivos que favoreçam o pleno desenvolvimento infantil.

Diante desse cenário demográfico e da relevância dessa fase da vida, torna-se essencial que o município mantenha ações integradas de promoção da saúde, vigilância do desenvolvimento, acompanhamento do crescimento, fortalecimento do pré-natal, incentivo ao aleitamento materno e articulação intersetorial com educação e assistência social, garantindo que as crianças tenham acesso às condições necessárias para um início de vida saudável e promissor.

### **2.6.3 Idosos**

O município de Lajinha possui 2.495 idosos entre 60 e 80 anos, representando 12,53% da população, e 553 pessoas com mais de 80 anos, equivalentes a 2,78% dos habitantes. Esses números evidenciam um processo de envelhecimento progressivo, típico de municípios em transição demográfica, e reforçam a necessidade de organizar a rede de atenção à saúde para responder às demandas crescentes dessa população.

O envelhecimento é uma etapa natural do ciclo de vida e deve ser vivenciado com qualidade, autonomia e dignidade. Contudo, trata-se também de um período em que se intensificam desafios relacionados à saúde física, funcionalidade, saúde mental, convivência social e suporte familiar. A presença de doenças crônicas, limitações funcionais, risco aumentado de quedas e maior vulnerabilidade emocional e social exige respostas estruturadas por parte do sistema de saúde e de outros setores.

Nesse contexto, torna-se fundamental investir em ações que promovam o envelhecimento saudável, ampliem o acesso ao acompanhamento regular, fortaleçam práticas preventivas, garantam cuidado longitudinal na Atenção Primária e qualifiquem a rede para manejo de condições crônicas e de situações de fragilidade. A inclusão social, a participação comunitária, a manutenção de vínculos e a oferta de ambientes seguros e acessíveis também são elementos essenciais para assegurar bem-estar na velhice, contribuindo para uma vida longa, ativa e com sentido.

### **3 INDICADORES DE RASTREAMENTO E PREVENÇÃO**

De acordo com o INCA, Instituto Nacional do Câncer (2024) evidencia baixa cobertura em rastreamentos oncológicos, abaixo dos parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde.

#### **3.1 Mulheres**

O rastreamento dos principais cânceres sensíveis à detecção precoce apresenta resultados relevantes em Lajinha. Para o câncer de mama, 2.046 mulheres entre 50 e 69 anos foram rastreadas, alcançando 20,50% do público-alvo. No Brasil, o método recomendado para rastreamento é a mamografia, indicada a cada dois anos para mulheres nessa faixa etária. As diretrizes não recomendam a realização rotineira do exame para mulheres com menos de 50 anos, salvo em situações de avaliação clínica específica ou histórico familiar que justifique investigação precoce. A adoção adequada dessas orientações busca ampliar a detecção precoce, reduzir diagnósticos tardios e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição da mortalidade por câncer de mama.

Em relação ao câncer do colo do útero, 5.307 mulheres de 25 a 64 anos foram rastreadas, o que corresponde a 53,18% da população elegível. O método preconizado para o rastreamento é o exame citopatológico do colo uterino (Papanicolau), indicado para todas as mulheres dentro dessa faixa etária. A periodicidade recomendada é anual até a realização de dois exames consecutivos sem alterações; após esse período, o exame passa a ser realizado a cada três anos. O cumprimento desse protocolo é essencial para identificar precocemente lesões precursoras, permitindo intervenção oportuna e prevenindo a evolução para o câncer invasor.

#### **3.2 Homens**

O município registrou 3.268 homens acima de 45 anos avaliados para câncer de próstata, o que corresponde a 32,89% da população masculina nessa faixa etária. Entretanto, é importante destacar que, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), não há recomendação para rastreamento populacional sistemático do câncer de próstata no Brasil, uma vez que as evidências científicas atuais não demonstram benefício comprovado na redução da mortalidade quando comparado aos riscos associados ao sobrediagnóstico e ao sobretratamento.

A avaliação da próstata, quando indicada, deve ocorrer de forma individualizada, levando em consideração sintomas urinários, histórico familiar, presença de fatores de risco e decisão compartilhada entre o profissional de saúde e o paciente. Nesses casos, podem ser utilizados a

dosagem de PSA e o exame de toque retal, sempre como instrumentos de avaliação clínica e não como estratégia de rastreamento em massa.

As diretrizes sugerem que homens sem fatores de risco avaliem a necessidade de investigação a partir dos 50 anos, enquanto aqueles com fatores de risco, como histórico familiar de câncer de próstata em parentes de primeiro grau, etnia negra ou obesidade, podem iniciar a avaliação a partir dos 45 anos. A periodicidade depende dos resultados clínicos: valores de PSA abaixo de 2,5 ng/ml podem ser reavaliados a cada dois anos, enquanto níveis iguais ou superiores a esse limite podem justificar acompanhamento anual, sempre mediante orientação médica.

Esse conjunto de recomendações reforça a importância do acompanhamento individual, do diálogo entre usuário e serviço de saúde e da compreensão de que o cuidado ao homem deve priorizar decisões informadas, avaliação clínica adequada e integração com a Atenção Primária.

### **3.3 População Geral**

O município registrou 4.626 pessoas entre 50 e 75 anos submetidas à colonoscopia, o que corresponde a 23,23% da população-alvo. No Brasil, as recomendações para rastreamento do câncer colorretal variam conforme o risco individual. Para indivíduos classificados como de risco médio, aqueles sem histórico pessoal ou familiar de câncer colorretal, sem doenças inflamatórias intestinais e sem síndromes hereditárias, o rastreamento deve ser iniciado aos 45 anos e mantido até os 75 anos. Nessa população, podem ser utilizados métodos baseados em fezes, como o teste imunológico fecal (FIT), teste do guaiacol e exames de DNA, ou métodos visuais do cólon e reto, como colonoscopia, sigmoidoscopia flexível e colonografia por tomografia.

Para pessoas com risco aumentado, a avaliação deve começar mais cedo e com maior frequência, utilizando métodos específicos conforme orientação médica. A colonoscopia assume papel central na abordagem preventiva desses grupos, pois permite identificação e remoção de lesões precursoras antes de sua evolução para câncer.

A análise dos dados de rastreamento evidencia desafios importantes para o planejamento municipal. A cobertura da colonoscopia permanece baixa, indicando a necessidade de ampliação das ações educativas, melhoria do acesso ao exame e fortalecimento das estratégias de prevenção do câncer colorretal. Observam-se ainda lacunas significativas no rastreamento de câncer de mama, cuja cobertura permanece abaixo de um quarto da população-alvo, e uma cobertura moderada para o

exame citopatológico do colo do útero, mas ainda distante do patamar ideal acima de 80%. No caso da avaliação prostática, embora a adesão seja razoável, persistem barreiras culturais e de acesso que exigem estratégias específicas voltadas à saúde do homem. O conjunto desses indicadores reforça a importância de organizar ações contínuas de promoção, prevenção e detecção precoce, integrando a rede de Atenção Primária e os serviços de média complexidade para ampliar cobertura e qualidade dos rastreamentos.

### **3.4 Implicações para a Rede de Atenção à Saúde**

A análise da estrutura populacional e do panorama de rastreamentos em Lajinha evidencia a necessidade de reorientar a Rede de Atenção à Saúde para responder adequadamente às demandas atuais e futuras. O envelhecimento progressivo da população exige o fortalecimento dos cuidados voltados à pessoa idosa, com ampliação das ações de acompanhamento de condições crônicas, qualificação do acolhimento na Atenção Primária e fortalecimento dos serviços de reabilitação. Também se torna essencial ampliar iniciativas que promovam o envelhecimento saudável, com atenção especial à saúde mental, prevenção de quedas, cuidados paliativos e ações domiciliares articuladas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo suporte integral às situações de dependência e vulnerabilidade.

No campo materno-infantil, a queda do número de crianças pequenas impõe a necessidade de revisar a organização dos serviços destinados à infância, ajustando a capacidade instalada, sem comprometer a qualidade do cuidado à gestante, puérpera e à primeira infância. Esse processo deve ser conduzido com base em critérios epidemiológicos e territoriais, assegurando acesso oportuno e adequado aos serviços essenciais.

A situação dos rastreamentos preventivos evidencia a necessidade de ampliar ações de educação em saúde, busca ativa e estratégias organizadas que favoreçam o aumento da cobertura. Mutirões, pactuação de metas progressivas no Plano Municipal de Saúde e monitoramento periódico podem contribuir para uma abordagem mais efetiva. A capacitação contínua das equipes e o fortalecimento das práticas de prevenção e sensibilização comunitária são elementos fundamentais para qualificar os resultados.

De modo geral, a análise situacional aponta para um município que avança rapidamente no processo de envelhecimento populacional e apresenta desequilíbrios importantes na cobertura de rastreamentos. Esse cenário requer ajustes estruturais na Rede de Atenção à Saúde, com reforço da



Estratégia Saúde da Família como ordenadora do cuidado, maior articulação entre as redes de saúde e as redes de proteção social e implantação de linhas de cuidado prioritárias voltadas especialmente para o idoso e para as doenças crônicas. A definição de metas e indicadores claros para rastreamento, vigilância e acompanhamento longitudinal deve orientar o planejamento e garantir respostas mais eficientes ao perfil epidemiológico local.

## 4 DETERMINANTES DE SAÚDE

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) correspondem ao conjunto de fatores econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais que influenciam diretamente a saúde das populações. Elementos como renda, condições de trabalho, redes de apoio, qualidade ambiental, acesso a serviços públicos e práticas culturais moldam o modo de vida das pessoas e podem contribuir tanto para a promoção da saúde quanto para o agravamento de vulnerabilidades. Compreender esses condicionantes é essencial para orientar políticas públicas que busquem reduzir desigualdades e promover a equidade em saúde.

Com base nos dados do Instituto Água e Saneamento (IAS, 2022), observa-se que Lajinha apresenta importantes disparidades entre as áreas urbanas e rurais no que se refere aos determinantes ambientais relacionados ao saneamento básico. A cobertura da coleta de resíduos domiciliares atinge 95% da população total, com atendimento universal no meio urbano. No entanto, na zona rural a cobertura é de 86,67%, o que representa risco sanitário significativo, especialmente pela possibilidade de proliferação de vetores, contaminação do solo e da água e impacto direto sobre doenças de veiculação hídrica. Ampliar a cobertura na zona rural, por meio de rotas específicas, pontos de coleta comunitários ou parcerias intermunicipais, além de promover educação ambiental, constitui medida fundamental para reduzir essas vulnerabilidades.

Situação ainda mais crítica é observada no abastecimento de água. Embora todas as áreas urbanas sejam plenamente atendidas, nenhuma comunidade rural dispõe de acesso à água tratada. Essa lacuna acarreta grande risco para doenças diarreicas, parasitoses, contaminações por agentes químicos e outros agravos associados ao consumo de água imprópria. Diante disso, torna-se indispensável realizar diagnóstico territorial detalhado do meio rural e adotar soluções descentralizadas, como captações tratadas, cisternas com cloração, poços com controle de qualidade e sistemas comunitários, articulando esforços com órgãos estaduais, federais ou consórcios públicos.

A mesma disparidade se verifica na cobertura do esgotamento sanitário. O atendimento é total no meio urbano, mas inexistente nas áreas rurais, colocando as famílias em situação de vulnerabilidade acentuada. A ausência de sistemas adequados de esgotamento contribui para a ocorrência de hepatite A, verminoses, doenças de pele e outras condições relacionadas à falta de saneamento. A superação desse cenário depende de soluções adaptadas às características rurais, como fossas



sépticas, biodigestores e tecnologias de baixo custo, a serem implementadas em articulação com as secretarias de Obras e Meio Ambiente e com apoio de programas federais de saneamento.

A síntese desse conjunto de indicadores demonstra que o município enfrenta um quadro de forte desigualdade territorial, em que a população urbana dispõe de cobertura quase universal dos serviços essenciais, enquanto a população rural permanece exposta a riscos ambientais intensos e crônicos. Essas desigualdades refletem diretamente os Determinantes Sociais da Saúde e reforçam a necessidade de ações intersetoriais que envolvam saúde, meio ambiente, assistência social e infraestrutura, de modo a enfrentar as causas estruturais das doenças e promover condições dignas de vida em todo o território.

Integrar o enfrentamento dos determinantes ambientais ao planejamento da saúde é fundamental para garantir que o município avance de forma equânime e que a população rural, historicamente excluída de políticas públicas essenciais, tenha assegurado o direito ao saneamento, à água potável e a um ambiente saudável, pilares indispensáveis para a proteção e promoção da saúde coletiva.

## 5 CONDICIONANTES DE SAÚDE

Os condicionantes de saúde correspondem ao conjunto de fatores que influenciam o bem-estar físico, mental e social das pessoas e das comunidades. Eles abrangem tanto elementos estruturais — sociais, econômicos e ambientais — quanto aspectos individuais, como características genéticas e comportamentais. A análise integrada desses fatores é fundamental para orientar políticas públicas que promovam, protejam e recuperem a saúde da população.

As condições sociais e ambientais exercem papel central na determinação da saúde. A qualidade da habitação, o ambiente físico em que as pessoas vivem, e aspectos como disponibilidade de água potável, saneamento, qualidade do ar e manejo adequado de resíduos impactam diretamente a ocorrência de agravos. O acesso a alimentos adequados, bens essenciais e serviços básicos também influencia o estado de saúde, assim como as características do trabalho, que podem expor indivíduos a riscos físicos, químicos, ergonômicos e psicossociais. Entre esses últimos, destacam-se fatores como reconhecimento profissional, autonomia, equilíbrio entre demandas e recompensas e expectativas de realização, que repercutem de forma significativa na saúde mental e na qualidade de vida.

Somam-se a esses condicionantes os fatores genéticos e comportamentais, que incluem predisposições individuais a determinadas doenças, hábitos alimentares, prática de atividade física, consumo de álcool e tabaco e outras escolhas de estilo de vida que podem favorecer ou prejudicar a saúde. A interação entre esses elementos molda o perfil de adoecimento da população e define os desafios a serem enfrentados pelo sistema de saúde (PNS/IBGE-2019).

### 5.1 Excesso de Peso e Obesidade

Estima-se que aproximadamente 9.147 habitantes de Lajinha (43,90% da população) apresentem excesso de peso, percentual inferior à média nacional, que é de 60,3%. A obesidade atinge cerca de 4.234 pessoas (20,32%), também abaixo da média brasileira, atualmente em 25,90%. Apesar desses índices reduzidos em comparação ao cenário nacional, os dados apontam para a presença significativa de fatores de risco relacionados à alimentação inadequada e ao sedentarismo, condições que contribuem diretamente para o aumento da prevalência de hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo 2, dislipidemias e doenças cardiovasculares. Esses indicadores reforçam a necessidade de estratégias contínuas de promoção da saúde, incentivo à alimentação saudável, atividades físicas e acompanhamento regular pela Atenção Primária.

## **5.2 Consumo de Alcool e Tabagismo**

Estima-se que 4.573 moradores de Lajinha (21,95% da população) consumam bebidas alcoólicas uma ou mais vezes por semana, percentual inferior à média nacional de 26,4%. O tabagismo acomete cerca de 2.124 pessoas (10,19%), também abaixo da média brasileira, atualmente em 12,8%. Embora inferiores aos índices nacionais, ambos os comportamentos permanecem como importantes fatores de risco, associados ao aumento da incidência de diversos agravos, como cânceres, doenças hepáticas, cardiovasculares e respiratórias, além de repercussões negativas na saúde mental, no desempenho laboral e na qualidade de vida. Esses indicadores reforçam a necessidade de ações contínuas de prevenção, promoção de hábitos saudáveis e abordagem integral pela Atenção Primária.

## **5.3 Doenças Crônicas Autorreferidas**

As doenças crônicas autorreferidas em Lajinha indicam um perfil epidemiológico marcado pela predominância de agravos metabólicos e cardiovasculares. A hipertensão arterial afeta aproximadamente 3.570 moradores, refletindo sua forte associação com fatores como excesso de peso, alimentação inadequada e sedentarismo. O diabetes mellitus acomete cerca de 1.268 pessoas, evidenciando o avanço das doenças metabólicas e sua repercussão sobre a capacidade funcional e a qualidade de vida da população. A dislipidemia, presente em aproximadamente 2.404 indivíduos, reforça o risco cardiovascular elevado e demanda acompanhamento clínico contínuo para prevenção de eventos agudos, como infarto e acidente vascular cerebral. Esses indicadores apontam para a necessidade de ações integradas de promoção, prevenção e manejo clínico sistematizado na Atenção Primária.

## **5.4 Saúde Mental**

A estimativa indica que cerca de 1.740 moradores de Lajinha possuem diagnóstico autorreferido de depressão, revelando uma demanda crescente e consistente por cuidados em saúde mental no município. Esse cenário reforça a necessidade de estruturar e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), articulando seus pontos de atenção para garantir acolhimento, cuidado contínuo e resolutividade. A Atenção Primária à Saúde assume papel central nesse processo, atuando como porta de entrada qualificada, capaz de realizar escuta sensível, manejo inicial dos transtornos mais prevalentes — como depressão e ansiedade — e encaminhamentos adequados quando necessário.

A qualificação permanente das equipes é fundamental para ampliar a capacidade de resposta, especialmente no manejo dos casos mais frequentes, na identificação de situações de risco e na oferta de cuidado longitudinal. Da mesma forma, torna-se imprescindível ampliar o acesso a atendimentos psicológicos, psiquiátricos e suporte psicossocial, fortalecendo práticas territoriais, intersetoriais e comunitárias.

A complexidade do sofrimento psíquico exige ainda a integração de políticas públicas de saúde mental com ações de educação, assistência social, cultura e proteção social, considerando que fatores como desigualdade, insegurança alimentar, violência doméstica e precariedade das condições de vida contribuem significativamente para o adoecimento. Assim, uma abordagem abrangente, humanizada e intersetorial é essencial para garantir atenção adequada às necessidades de saúde mental da população de Lajinha.

### **5.5. Pessoas com Deficiência**

O município de Lajinha possui aproximadamente 1.403 pessoas com deficiência, o que exige a implementação de políticas públicas inclusivas, humanizadas e alinhadas aos princípios da equidade e da integralidade. Esse contingente populacional demanda ações estruturadas de reabilitação física e funcional em todos os níveis de atenção à saúde, assegurando acompanhamento multiprofissional, continuidade do cuidado e garantia de acesso aos serviços essenciais.

A ampliação e facilitação do acesso a órteses, próteses e demais tecnologias assistivas constituem elementos fundamentais para a promoção da autonomia e da participação social, assim como a integração da rede de saúde com serviços de educação inclusiva, CRAS, CREAS, transporte adaptado e demais equipamentos de proteção social. Para isso, é indispensável fortalecer a capacidade das equipes de saúde para acolher, comunicar-se e atuar de forma qualificada com pessoas com diferentes tipos de deficiência, respeitando sua diversidade, singularidade e direitos.

Esse conjunto de necessidades evidencia a importância de uma rede de cuidado intersetorial, contínua e inclusiva, capaz de garantir o pleno exercício da cidadania e a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência em Lajinha.

### **5.6 Implicações para a Gestão da Saúde**

A análise situacional do município de Lajinha evidencia um conjunto de desafios que exigem reorganização estratégica da gestão em saúde. Observam-se prevalências elevadas de obesidade,

hipertensão e diabetes, indicando a necessidade de cuidado longitudinal, acompanhamento sistemático e fortalecimento das ações de educação em saúde. O consumo significativo de álcool e tabaco reforça a importância de estratégias abrangentes de promoção da saúde, prevenção de riscos e apoio psicossocial. Além disso, fragilidades ambientais e de saneamento, especialmente no meio rural, repercutem diretamente na saúde coletiva e contribuem para a manutenção de agravos evitáveis.

O cenário também aponta para uma crescente demanda em saúde mental e para um contingente expressivo de pessoas com deficiência, o que demonstra a urgência de expandir e qualificar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e as ações de cuidado integral à população em situação de maior vulnerabilidade. Esses elementos, somados ao perfil epidemiológico local, reafirmam o papel central da Atenção Primária à Saúde como coordenadora do cuidado e como principal ponto de articulação entre prevenção, promoção, vigilância e assistência.

Nesse contexto, torna-se essencial desenvolver estratégias intersetoriais e comunitárias que ampliem o impacto das políticas de saúde. Entre as prioridades, destacam-se a promoção de alimentação saudável e o incentivo à prática regular de atividades físicas; a ampliação do acesso a grupos de acompanhamento para hipertensos, diabéticos e pessoas com obesidade; a intensificação das ações de redução do consumo de álcool e tabaco, com suporte psicológico e educação em saúde; o fortalecimento do rastreamento e do diagnóstico precoce das doenças crônicas e seus fatores de risco; e a garantia da oferta contínua de medicamentos e exames laboratoriais.

Essas diretrizes devem orientar as ações do Plano Municipal de Saúde 2026–2029, guiadas pelos princípios de equidade, fortalecimento da Atenção Primária, ampliação do acesso e promoção de uma atenção integral, humanizada e baseada nas necessidades reais da população de Lajinha.

## **6 REDE DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LAJINHA**

A rede de serviços de saúde constitui o conjunto organizado de ações e estabelecimentos responsáveis por garantir a atenção integral à população. Estruturada por níveis de complexidade articulados entre si, a rede integra a Atenção Primária, os serviços de urgência e emergência, a atenção ambulatorial e hospitalar, os cuidados especializados, a reabilitação e os serviços de saúde mental, entre outros pontos de atenção. Seu funcionamento pressupõe coordenação, continuidade do cuidado, acesso oportuno e comunicação entre os diferentes serviços, de modo a assegurar respostas eficientes às necessidades de saúde individuais e coletivas. A organização racional e integrada da rede é fundamental para a efetividade do Sistema Único de Saúde, promovendo equidade, resolutividade e qualidade na assistência.

### **6.1 Atenção Primária**

A Atenção Básica de Lajinha é composta por oito Unidades Básicas de Saúde, todas estruturadas com equipes completas, incluindo saúde bucal, o que garante abordagem integral, longitudinal e resolutiva no âmbito da Atenção Primária à Saúde. A Secretaria Municipal de Saúde exerce a função de coordenação da rede, conduzindo o planejamento, a gestão e a execução das políticas públicas de saúde no território.

O município conta ainda com a Farmácia de Todos, que assegura o acesso regular a medicamentos básicos e essenciais, contribuindo para a continuidade do cuidado, especialmente no acompanhamento de condições crônicas. Complementando a rede, o Serviço Municipal de Fisioterapia e Reabilitação oferece atendimentos voltados ao manejo de fraturas, tratamentos conservadores, pós-operatórios ortopédicos e reabilitação funcional, ampliando a capacidade de recuperação dos usuários e fortalecendo as ações de cuidado multiprofissional.

### **6.2 Atenção Especializada**

A Atenção Especializada de Lajinha é composta por serviços ambulatoriais e hospitalares que complementam o cuidado ofertado pela Atenção Primária. O Centro de Saúde realiza atendimentos básicos e procedimentos de média complexidade, funcionando como ponto de referência para consultas especializadas e ações de apoio diagnóstico e terapêutico.

O Hospital Belizário Miranda integra a rede como unidade de internação clínica e cirúrgica de média complexidade, oferecendo suporte fundamental aos casos que necessitam de

acompanhamento hospitalar. Além de realizar atendimentos de urgência e internação, o hospital atua como retaguarda assistencial para a Atenção Básica, garantindo continuidade do cuidado e resolutividade nos agravos que ultrapassam a capacidade de manejo ambulatorial.

### **6.3 Rede de Urgência e Emergência**

A Rede de Urgência e Emergência de Lajinha encontra-se em processo de estruturação e consolidação, articulando serviços municipais e regionais para garantir resposta adequada aos agravos agudos e situações de risco. O município é atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), responsável pelo primeiro atendimento e regulação das ocorrências, assegurando resposta rápida e suporte inicial em emergências.

O município dispõe também de ambulâncias próprias destinadas ao transporte sanitário programado, remoções inter-hospitalares e apoio às unidades de saúde. Para casos de maior complexidade, Lajinha conta com UTI Móvel contratada por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-Caparaó), garantindo suporte avançado de vida quando necessário.

A assistência presencial é ofertada pelo Pronto Atendimento Municipal 24 horas, que funciona como porta de entrada para os atendimentos de urgência, prestando cuidado contínuo e estabilização clínica. Para situações que exigem atenção hospitalar ou suporte de maior complexidade, o município tem como referência o Hospital César Leite, integrando-se ao fluxo regional de urgência e emergência.

### **6.4 Rede Alyne - Assistência Materno-Infantil**

A Rede Alyne em Lajinha estrutura a atenção materno-infantil por meio de serviços municipais e regionais articulados, garantindo cuidado seguro e humanizado em todas as etapas do ciclo gestacional. O atendimento de pré-natal de alto risco é referenciado ao Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) de Manhuaçu, onde gestantes com condições clínicas mais complexas recebem acompanhamento especializado.

As maternidades de referência para partos são o Hospital César Leite, em Manhuaçu, e o Hospital Belizário Miranda, em Lajinha, ambos com procedimentos agendados e custeados pelo município, assegurando acesso contínuo e organizado às gestantes. Nos casos que demandam maior complexidade assistencial, o encaminhamento é realizado por meio do SUSFácil para hospitais de maior porte, garantindo atendimento especializado, conforme protocolos estaduais de regulação.

### **6.5 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**

O CAPS I de Lajinha realiza o atendimento das pessoas com transtornos mentais, oferecendo acolhimento, acompanhamento contínuo e cuidado multiprofissional conforme as diretrizes da RAPS. Como referência para situações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, o município conta com o CAPS AD localizado em Ipanema, que assegura suporte especializado e articulado com a rede municipal. Para o público infantojuvenil, o CAPS I de Ipanema funciona como unidade de referência, garantindo atendimento especializado às crianças e adolescentes com transtornos mentais, com abordagens terapêuticas adequadas a essa faixa etária.

### **6.6 Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência**

A rede municipal conta com a oficina ortopédica conveniada em Manhuaçu, responsável pela confecção e fornecimento de órteses, próteses, cadeiras de rodas e outros dispositivos de tecnologia assistiva, contribuindo para ampliar a autonomia e funcionalidade das pessoas com deficiência. Para os casos que exigem atendimento odontológico sob sedação ou anestesia geral, o município utiliza como referência o Hospital Arnaldo Gavazza Filho, em Ponte Nova, que garante um cuidado seguro e humanizado para pacientes com necessidades especiais que não podem ser atendidos em consultório convencional.

### **6.7 Saúde Bucal**

A atenção especializada em saúde bucal conta com o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) em Manhumirim, que oferece atendimentos de média complexidade, como endodontia, periodontia, cirurgia oral menor e diagnóstico bucal. Complementando essa rede, o município dispõe de um Laboratório de Prótese Dentária credenciado pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 1.670/2019, com capacidade de produção de aproximadamente 25 a 30 próteses por mês, contribuindo significativamente para a reabilitação oral dos usuários.

### **6.8 Serviço de Laboratório de Análises Clínicas**

O município mantém parcerias com diversos laboratórios regionais, o que permite ampliar a cobertura e garantir a realização ágil e eficiente dos exames laboratoriais necessários ao diagnóstico e ao acompanhamento clínico dos usuários. Essa estrutura assegura suporte essencial para a continuidade do cuidado em todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde.

## 7 PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Plano Municipal de Saúde é o instrumento central de planejamento do setor e orienta a alocação de recursos, a organização das ações e a estruturação dos serviços, assegurando o uso racional e eficiente dos meios disponíveis. Ele permite que a gestão tome decisões fundamentadas em evidências, dados epidemiológicos e nas prioridades identificadas no território.

A integração do PMS ao ciclo de planejamento orçamentário estabelece a ligação técnica e normativa entre o planejamento em saúde e os instrumentos de gestão pública, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa articulação garante coerência entre o planejamento setorial da saúde e o planejamento governamental mais amplo, evitando incongruências e possibilitando maior eficiência na execução das políticas.

O documento também constitui base essencial para o controle social, fortalecendo o papel do Conselho Municipal de Saúde como instância deliberativa e fiscalizadora. Ao estabelecer metas claras e pactuadas, o PMS possibilita o acompanhamento transparente da execução das políticas públicas de saúde e amplia a participação social na gestão do SUS.

Além disso, o plano funciona como referência para monitoramento e avaliação, pois define objetivos, metas e indicadores que permitem acompanhar o desempenho do sistema de saúde ao longo do período de vigência. Esse processo favorece ajustes, reprogramações e melhorias contínuas nos serviços ofertados à população.

Outro aspecto fundamental é o alinhamento do PMS com as políticas nacionais, estaduais e regionais de saúde, assegurando que o município atue de forma articulada com as diretrizes do SUS e promova regionalização, equidade e integralidade da atenção, conforme pactuações nas instâncias intergestores. Ao organizar de forma transparente as intenções de governo para o setor, o PMS contribui para a prestação de contas à população, fortalecendo a cidadania, a confiança e a responsabilidade sanitária dos gestores municipais.

## **8 ÁREAS TEMÁTICAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE**

### **8.1 Atenção Primária à Saúde (APS)**

É a porta de entrada preferencial do SUS e base organizadora da rede de atenção à saúde. Abrange ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, sendo realizada por meio das Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e equipe multiprofissional. APS deve atuar com foco na longitudinalidade do cuidado, na vinculação territorial e na coordenação da atenção, integrando os demais níveis de complexidade.

### **8.2 Assistência Farmacêutica**

Conjunto de ações voltadas à garantia do acesso e uso racional de medicamentos, insumos e correlatos. Compreende desde a seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação até a monitorização da utilização dos medicamentos. A assistência farmacêutica é fundamental para a resolutividade do cuidado em saúde, integrando-se à clínica e à gestão, promovendo o cuidado seguro e eficaz.

### **8.3 Vigilância em Saúde**

Área estratégica que engloba as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador. Atua na produção, análise e disseminação de informações em saúde, prevenção de doenças e controle de agravos, garantindo a proteção da saúde da população. A vigilância em saúde tem papel essencial na identificação precoce de riscos e na adoção de medidas de intervenção oportunas e eficazes.

### **8.4 Atenção Especializada (Média e Alta Complexidade)**

Inclui os serviços e ações de saúde que requerem maior densidade tecnológica, profissionais especializados e suporte diagnóstico e terapêutico mais complexo. Envolve consultas, exames e procedimentos ambulatoriais especializados, além de atendimentos hospitalares e cirúrgicos. Deve estar integrada à atenção primária, garantindo acessibilidade, continuidade e integralidade do cuidado, preferencialmente por meio da Regulação do Acesso e das Redes de Atenção à Saúde.

### **8.5 Gestão do SUS**

Abrange as estruturas, processos e instrumentos necessários à condução e fortalecimento da gestão municipal do SUS. Inclui a planejamento em saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, financiamento, regulação, monitoramento e avaliação, participação social e governança



interfederativa. A gestão eficiente é fundamental para garantir a qualidade da atenção e a sustentabilidade do sistema de saúde no território.



## **9 PROGRAMAÇÃO**

As planilhas do Plano Municipal de Saúde 2026-2029 estão organizadas de acordo com as cinco áreas temáticas.



		<ul style="list-style-type: none"><li>- Adquirir veículos para deslocamento das equipes, inclusive em áreas rurais.</li><li>- Manter frota com abastecimento, manutenção preventiva e corretiva.</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>Suprimentos e insumos</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir o fornecimento contínuo de materiais de consumo médico (luvas, seringas, gaze, papel grau cirúrgico, autoclaves, EPIs etc.).</li><li>- Manter abastecimento regular de medicamentos para uso interno e de distribuição das unidades, incluindo analgésicos, antibióticos, anti-hipertensivos e insulina, conforme protocolos da Atenção Primária.</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>Apoio diagnóstico</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Assegurar a realização de exames laboratoriais e de imagem solicitados pelos profissionais das ESF, com rede de apoio local ou contratualização regional (consórcios, clínicas ou laboratórios credenciados).</li><li>- Monitorar a demanda reprimida e tempo de espera por exames.</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>Manutenção e funcionamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Incluir no planejamento e execução orçamentária os custos fixos com água, energia elétrica, telefone, internet, limpeza,</li></ul>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

		<p>segurança e pequenos reparos nas UBS.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir recursos para manutenção e funcionamento contínuo das unidades.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Recursos humanos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar concurso ou processo seletivo para compor as ESF dos ACS e dos demais profissionais que forem obrigatórios</li> <li>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos.</li> <li>- Ofertar ajuda de custo municipal (moradia e alimentação) para os médicos vinculados ao Programa Médicos pelo Brasil, conforme legislação vigente e disponibilidade orçamentária.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Planejamento, gestão e avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorar indicadores do Previne Brasil.</li> <li>- Implantar o PEC e-SUS em 100% das equipes.</li> <li>- Realizar reuniões mensais de equipe e de planejamento local.</li> <li>- Inserir as ações no PPA, LDO e LOA, garantindo sustentabilidade financeira.</li> <li>- Acompanhar a execução orçamentária da atenção primária de forma específica, garantindo continuidade das ações.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Navegação do Cuidado:</b></p> <p style="text-align: center;">Apoio Logístico para Transporte Intermunicipal de Pacientes Acompanhados</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		pela APS						
<p align="center"><b>Objetivo Especifico 2: Ampliar e qualificar a atenção em saúde bucal no município, garantindo acesso integral e resolutivo à população por meio de equipes completas, estrutura física adequada, insumos, suporte diagnóstico, manutenção e valorização profissional.</b></p>								
<p>Manter/ Expandir a cobertura da Saúde Bucal de forma integrada à Estratégia Saúde da Família, consultórios odontológicos em pleno funcionamento, insumos garantidos, exames complementares disponíveis, infraestrutura adequada e profissionais valorizados.</p>	<p>Percentual da população coberta por Equipes de Saúde Bucal (ESB).</p>	<p><b>Cobertura e organização das equipes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter/Implantar novas ESB conforme expansão das ESF.</li> <li>- Garantir atuação mínima da dupla cirurgião-dentista + ASB/TSB em todas as UBS.</li> <li>- Ampliar o atendimento em saúde bucal nos dois turnos, conforme demanda.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e equipamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequar a estrutura física dos consultórios odontológicos (mobiliário, pias, iluminação, biossegurança).</li> <li>- Adquirir ou substituir equipamentos: cadeira odontológica, equipo, autoclave, compressor, fotopolimerizador, canetas, ultrassom, RX odontológico, armário inox, etc.</li> <li>- Manter/ Implantar rede elétrica e hidráulica adequada para funcionamento contínuo dos equipamentos.</li> </ul> <p><b>Materiais, insumos e medicamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir abastecimento contínuo de materiais de consumo odontológico: resinas,</li> </ul>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

		<p>anestésicos, cimento, brocas, luvas, espelhos, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecer medicamentos para uso interno: anestésicos, anti-inflamatórios, antibióticos, analgésicos, colutórios.</li> <li>- Distribuir escovas e cremes dentais em ações educativas e escolares.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Exames complementares</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar a oferta de exames odontológicos complementares: radiografias periapicais, panorâmicas, tomografias e biópsias.</li> <li>- Implantar RX intraoral nas UBS ou firmar parcerias com clínicas ou consórcios regionais.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Manutenção e funcionamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir no orçamento custos com água, energia, telefone, internet, material de limpeza e segurança para garantir o funcionamento dos consultórios.</li> <li>- Assegurar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Recursos humanos e valorização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar concurso ou processo seletivo para contratar e repor profissionais de saúde bucal.</li> <li>- Garantir o pagamento regular dos vencimentos e encargos trabalhistas.</li> <li>- Promover capacitações contínuas com foco nas prioridades locais: saúde bucal na</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>gestação, escolar, idosos e PCD.</p> <p><b>Planejamento, gestão e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registrar as ações da saúde bucal no e-SUS/PEC.</li> <li>- Monitorar os indicadores do Previne Brasil vinculados à saúde bucal.</li> <li>- Realizar reuniões de equipe e avaliações periódicas com foco em planejamento territorial.</li> </ul> <p><b>Financiamento e sustentabilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever todos os custos da saúde bucal no PPA, LDO e LOA, com fontes federais (incentivos da APS), estaduais e recursos próprios.</li> <li>- Acompanhar a execução orçamentária da saúde bucal de forma específica, garantindo continuidade das ações.</li> </ul>							
<p><b>Objetivo Específico 4: Ampliar e qualificar a oferta de cuidados integrais na Atenção Primária à Saúde por meio da atuação de Equipes Multiprofissionais (EMULTI), fortalecendo as ações de promoção, prevenção, cuidado em saúde mental, reabilitação, práticas integrativas, assistência farmacêutica e apoio matricial às equipes de Saúde da Família.</b></p>									
Implantar ou manter equipes multiprofissionais em número adequado à cobertura da ESF, garantindo atuação em apoio matricial,	Percentual de cobertura populacional com acesso à atuação da EMULTI no território da	<p><b>Implantação e organização da EMULTI</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar ou manter equipes multiprofissionais com profissionais como: fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, fonoaudiólogo, assistente social, farmacêutico e educador físico, conforme análise territorial.</li> </ul>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

<p>cuidado direto, ações coletivas, visitas domiciliares, escuta qualificada e ampliação da resolutividade da atenção. Assegurar recursos humanos, infraestrutura, material de trabalho e suporte contínuo à atuação das EMULTI.</p>	<p>APS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a atuação transversal e matricial junto às ESF, com agenda própria e ações compartilhadas.</li> <li>- Promover integração entre as EMULTI e os serviços da RAS (NASF, CAPS, PSE, CRAS, CREAS etc.).</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Infraestrutura e espaço adequado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar ambiente físico adequado para atendimento individual e coletivo, com privacidade e condições dignas de trabalho.</li> </ul> <p>- Garantir mobiliário e equipamentos básicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>mesa, cadeiras, computador, armário, ventilação, impressora, entre outros.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir as equipes EMULTI na rede de conectividade das UBS.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Equipamentos e materiais de trabalho</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir materiais específicos para atuação de cada profissional (ex.: colchonetes, balanças, bolas, tablado, espelhos, balança antropométrica, kits de práticas corporais, material pedagógico, instrumentos terapêuticos, etc.).</li> <li>- Garantir insumos para ações de grupos e oficinas terapêuticas.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Assistência farmacêutica e apoio terapêutico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular a EMULTI com o cuidado em saúde mental, crônicos, reabilitação e</li> </ul>						
--	-------------	--	--	--	--	--	--	--

		<p>promoção da saúde.</p> <p><b>Acesso a exames e apoio diagnóstico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilizar, em conjunto com a gestão, o acesso a exames laboratoriais e de imagem necessários à atuação clínica dos profissionais da EMULTI.</li> <li>- Definir fluxos de solicitação de exames especializados para suporte às intervenções terapêuticas.</li> </ul> <p><b>Manutenção e custeio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir no planejamento orçamentário os custos com energia, água, limpeza, telefone e internet necessários ao funcionamento das salas da EMULTI.</li> <li>- Garantir manutenção dos equipamentos de uso comum das equipes.</li> </ul> <p><b>Recursos humanos e valorização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar processo seletivo público para contratação de profissionais da EMULTI com vínculos estáveis.</li> <li>- Garantir pagamento regular e condições de trabalho dignas, com EPIs, materiais, carga horária definida e supervisão técnica.</li> <li>- Estudar possibilidade de ajuda de custo ou incentivo municipal para fixação de profissionais em áreas de difícil acesso.</li> <li>- Promover formação continuada periódica, com temas como: apoio matricial, trabalho</li> </ul>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

		<p>em equipe, escuta qualificada, cuidado centrado na pessoa, PICS, redes de cuidado, saúde mental, cuidado com a deficiência e envelhecimento.</p> <p><b>Planejamento, articulação e intersectorialidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar reuniões de planejamento conjunto com ESF para definição de fluxos, critérios de atendimento e agenda compartilhada.</li> <li>- Integrar a EMULTI às ações do PSE, programas de combate à violência, saúde mental na escola e reabilitação no território.</li> <li>- Articular com os serviços da assistência social, educação e justiça quando necessário.</li> </ul> <p><b>Financiamento e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserir as ações da EMULTI no PPA, LDO e LOA, com previsão de recursos próprios e/ou incentivo federal específico (quando houver).</li> <li>- Garantir o monitoramento das ações da EMULTI no e-SUS/PEC e em relatórios da APS, com indicadores por categoria profissional.</li> <li>- Avaliar periodicamente os impactos da atuação da EMULTI no território (redução de encaminhamentos, adesão ao tratamento, qualidade de vida dos usuários, etc.).</li> </ul>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

**Objetivo Específico 5: Promover a saúde e a qualidade de vida da população por meio da implantação e qualificação de polos do Programa Academia da Saúde, integrando ações de práticas corporais e atividade física, alimentação saudável, educação em saúde e desenvolvimento comunitário no âmbito da Atenção Primária à Saúde.**

<p>Manter o pleno funcionamento do(s) polo(s) da Academia da Saúde existentes, ou implantar novos polos conforme necessidade territorial, com profissionais qualificados, oferta contínua de atividades, estrutura física adequada, equipamentos conservados, materiais disponíveis e integração com as ESF, EMULTI e escolas locais.</p> <p>OBS: Se credenciado pelo governo.</p>	<p>Percentual da população com acesso regular às atividades desenvolvidas no polo da Academia da Saúde.</p>	<p><b>Implantação ou manutenção dos polos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter/ Implantar novos polos do Programa Academia da Saúde em áreas prioritárias ou manter polos já existentes em funcionamento pleno.</li> <li>- Realizar diagnóstico territorial para definir localizações estratégicas dos polos.</li> <li>- Garantir funcionamento em dois turnos, com cronograma definido de atividades.</li> </ul> <p><b>Estrutura física e manutenção</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar adequações e reformas periódicas nos espaços físicos dos polos: cobertura, piso, vestiários, banheiros, acessibilidade e segurança.</li> <li>- Garantir manutenção elétrica, hidráulica e estrutural dos polos para pleno funcionamento.</li> <li>- Assegurar iluminação, ventilação, limpeza e paisagismo básico.</li> </ul> <p><b>Equipamentos e materiais permanentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir ou manter equipamentos como: colchonetes, halteres, esteiras, bicicletas ergométricas, aparelhos multifuncionais, bolas, elásticos, cadeiras, mesas, caixas de som, microfones e projetores.</li> </ul>	<p>0</p>	<p>300</p>	<p>0</p>	<p>100</p>	<p>100</p>	<p>100</p>
--	---	---	----------	------------	----------	------------	------------	------------

		<p>- Instalar armários para armazenamento de materiais e equipamentos.</p> <p><b>Materiais de consumo e apoio</b></p> <p>- Garantir materiais de consumo: álcool, EPIs, papel toalha, materiais de escritório, materiais de higiene e limpeza.</p> <p>- Disponibilizar materiais educativos e de apoio às atividades (cartilhas, banners, folders, kits de autocuidado etc.).</p> <p><b>Recursos humanos e valorização profissional</b></p> <p>- Garantir equipe mínima com educador físico, nutricionista ou outro profissional da qualificado para conduzir atividades.</p> <p>- Realizar processo seletivo ou concurso público conforme necessidade.</p> <p>- Assegurar pagamento regular, condições dignas de trabalho e, se necessário, ajuda de custo municipal.</p> <p>- Promover formações contínuas para os profissionais atuantes no programa.</p> <p><b>Atividades regulares e intersetoriais</b></p> <p>- Desenvolver práticas corporais e atividades físicas sistemáticas para grupos diversos: idosos, hipertensos, diabéticos, gestantes, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência.</p> <p>- Realizar ações educativas sobre alimentação</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>saudável, saúde mental, prevenção de doenças, práticas integrativas e saúde ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Integrar as ações da Academia da Saúde às ESF, escolas, CRAS, centros culturais e demais equipamentos comunitários.</li><li>- Promover ações temáticas mensais com envolvimento da comunidade.</li></ul> <p><b>Articulação com a RAS e vigilância</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Registrar e acompanhar os usuários do programa na APS (e-SUS/PEC).</li><li>- Trabalhar de forma integrada com as EMULTI, vigilância alimentar e nutricional, saúde mental, vigilância epidemiológica e rede de cuidados.</li></ul> <p><b>Planejamento, financiamento e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Incluir o Programa Academia da Saúde no PPA, LDO e LOA, com previsão de recursos federais (incentivo de custeio), estaduais (quando houver) e complementação municipal.</li><li>- Monitorar a produção de atividades pelo sistema de informação e por relatórios periódicos.</li><li>- Avaliar o impacto do programa na saúde e qualidade de vida dos usuários por meio de indicadores da APS, da PNPS e da</li></ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		participação popular.						
<p><b>Objetivo Específico 6: Ampliar o acesso da população à reabilitação oral por meio da oferta regular de próteses dentárias removíveis no SUS, garantindo a estruturação e funcionamento do Laboratório Regional de Prótese Dentária, por meio da contratação de laboratórios terceirizados habilitados, integrando-se à Rede de Atenção à Saúde Bucal.</b></p>								
Fortalecer a política de reabilitação oral por meio da contratação de laboratório terceirizado habilitado para confecção de próteses dentárias, assegurando qualidade técnica, materiais de consumo, integração com a rede de atenção à saúde bucal e entrega das próteses conforme protocolo clínico-laboratorial e regulação oficial.	Número de próteses dentárias entregues à população por ano.	<p><b>Organização e regulação do serviço</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer contrato com empresa terceirizada habilitada para confecção de próteses dentárias, conforme legislação vigente.</li> <li>- Estabelecer fluxo de regulação entre as Equipes de Saúde Bucal (eSB) e o laboratório via atenção primária.</li> <li>- Garantir registro da produção no SIA/SUS, viabilizando repasse do incentivo federal.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura mínima nas UBS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir nas Unidades de Saúde espaço adequado para realização de moldagem, prova e entrega das próteses.</li> <li>- Realizar manutenções nas salas clínicas utilizadas no processo protético (iluminação, ventilação, pia, instrumental, cadeira odontológica em funcionamento).</li> </ul> <p><b>Equipamentos e instrumental clínico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir instrumental clínico completo para procedimentos de moldagem, prova e ajuste</li> </ul>	240	960	240	240	240	240

		<p>(colher de moldeira, espátulas, recortadores, brunidores, articuladores clínicos).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter materiais auxiliares em estoque: espelhos, pinças, cubas, descartáveis, bandejas, entre outros.</li> </ul> <p><b>Materiais de consumo e insumos clínicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecer insumos para os procedimentos clínicos: alginato, godiva, gesso, cera, resina de prova, luvas, máscaras, campos, papel grau cirúrgico, entre outros.</li> <li>- Garantir EPIs aos profissionais envolvidos no atendimento.</li> </ul> <p><b>Recursos humanos e valorização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar profissionais cirurgiões-dentistas capacitados na policlínica para execução das etapas clínicas da reabilitação protética.</li> <li>- Assegurar pagamento regular aos profissionais e gratificações, se aplicável.</li> </ul> <p><b>Integração com a Rede de Saúde Bucal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer planejamento integrado entre as eSB e a empresa contratada, com cronograma de produção e metas mensais.</li> <li>- Realizar busca ativa de pacientes com indicação de prótese (idosos, PCDs, casos de mutilação bucal, usuários em reabilitação pós-tratamento oncológico, etc.).</li> <li>- Priorizar populações vulneráveis social e clinicamente.</li> </ul>					
--	--	--	--	--	--	--	--

		<p><b>Logística, transporte e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Definir logística de coleta e entrega das próteses entre a empresa contratada e as UBS, garantindo pontualidade e rastreabilidade.</li><li>- Implantar controle de qualidade e devolutiva de ajustes/correções quando necessário.</li><li>- Exigir relatórios mensais da produção da empresa terceirizada contratada.</li></ul> <p><b>Monitoramento e avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Monitorar a produção e entrega das próteses dentárias por meio do sistema SIA/SUS.</li><li>- Avaliar periodicamente os resultados do serviço terceirizado quanto à qualidade, tempo de entrega e satisfação do usuário.</li><li>- Implantar sistema de controle interno para evitar perdas, retrabalho ou falhas na execução clínica.</li></ul> <p><b>Planejamento orçamentário e financiamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Incluir os valores de contrato com a empresa terceirizada no orçamento municipal da saúde, com previsão no PPA, LDO e LOA.</li><li>- Utilizar o incentivo financeiro federal do Programa Brasil Sorridente (SIA/SUS) como cofinanciamento da ação.</li></ul>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

		- Prever complementação de recursos próprios quando necessário.						
<b>Fonte Federal:</b> PAB e Investimento <b>Fonte Estadual:</b> PAB <b>Fonte Municipal:</b> Próprio <b>Bloco:</b> Custeio e Investimento								



<p>cuidado ao usuário, garantindo a oferta contínua e o uso seguro dos medicamentos.</p>		<p>conforme pactuação vigente.</p> <p><b>Manutenção e funcionamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir no planejamento e execução orçamentária os custos fixos com água, energia elétrica, telefone, internet, limpeza, segurança e pequenos reparos nas Farmácias.</li> <li>- Garantir recursos para manutenção e funcionamento contínuo das farmácias.</li> </ul> <p><b>Recursos humanos e valorização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir farmacêutico responsável técnico em todas as unidades com dispensação de medicamentos.</li> <li>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos.</li> <li>- Realizar capacitações regulares em logística, prescrição racional, armazenamento e práticas clínicas farmacêuticas.</li> <li>- Incluir gratificação ou ajuda de custo para farmacêuticos em áreas de difícil provimento, se necessário.</li> </ul> <p><b>Uso racional e cuidado farmacêutico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar ações de educação em saúde sobre uso adequado de medicamentos.</li> <li>- Desenvolver práticas clínicas como acompanhamento farmacoterapêutico, reconciliação de medicamentos e orientação ao usuário.</li> <li>- Implantar protocolos de dispensação</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>padronizados para medicamentos controlados e de uso contínuo.</p> <p><b>Integração com a Rede de Atenção à Saúde</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar de reuniões das equipes da APS e contribuir para o cuidado integral.</li> <li>- Apoiar o matriciamento com foco nos tratamentos medicamentosos complexos ou crônicos.</li> <li>- Estabelecer fluxos entre assistência farmacêutica e unidades de referência (CAPS, atenção hospitalar, serviços especializados).</li> <li>- Monitoramento, avaliação e transparência</li> <li>- Monitorar mensalmente o indicador de disponibilidade de medicamentos por unidade.</li> <li>- Divulgar relatórios públicos sobre o abastecimento e produção da assistência farmacêutica.</li> <li>- Atender auditorias e prestar contas ao Conselho Municipal de Saúde sobre execução orçamentária e cumprimento das metas.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo Específico 2: Assegurar a continuidade da oferta de medicamentos essenciais e promover o uso racional, fortalecendo a gestão, a estrutura, os recursos humanos e a integração da assistência farmacêutica com a atenção primária à saúde.</b></p>								
Garantir o funcionamento regular do serviço de	Percentual de medicamentos padronizados	<p><b>. Gestão do serviço de apoio ao CEAF</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter equipe responsável pelo acolhimento, análise documental,</li> </ul>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

<p>apoio ao CEAF no município, com equipe capacitada para acolher, orientar, receber e processar solicitações de medicamentos de alto custo conforme os protocolos do Ministério da Saúde, promovendo o acesso contínuo, seguro e equânime à população.</p>	<p>dispensados          Percentual de solicitações de medicamentos do CEAF analisadas e processadas dentro do prazo regulamentar (30 dias).</p>	<p>alimentação do sistema e apoio técnico às solicitações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos.</li> <li>- Garantir espaço físico e mobiliário adequado para atendimento da população.</li> <li>- Atualizar periodicamente os protocolos e formulários junto aos profissionais prescritores.</li> </ul> <p><b>Qualificação do acesso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar capacitações com médicos e profissionais de saúde sobre os PCDTs e fluxo do CEAF.</li> <li>- Desenvolver materiais educativos para os usuários sobre seus direitos e deveres no processo.</li> <li>- Realizar atendimento humanizado e com orientações claras sobre etapas, prazos e acompanhamento do processo.</li> </ul> <p><b>Monitoramento e controle de tratamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar sistema de monitoramento do tempo de análise e de entrega dos medicamentos.</li> <li>- Estabelecer fluxo para recebimento de queixas técnicas ou falta de medicamentos.</li> <li>- Apoiar os usuários em processos de renovação, exames de controle e cumprimento de critérios dos protocolos.</li> </ul>						
---	---	--	--	--	--	--	--	--

		<p><b>Integração com a Rede de Atenção à Saúde</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer articulação com médicos da APS e da média complexidade para racionalizar as solicitações.</li> <li>- Identificar usuários de medicamentos CEAF para integração com programas como Saúde Mental, etc.</li> </ul> <p><b>Comunicação e transparência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informar a população sobre os fluxos de solicitação e renovação do CEAF por meio de murais nas UBS e site da prefeitura.</li> <li>- Estabelecer ponto focal de referência municipal para apoio aos usuários.</li> </ul> <p><b>Informatização e registros</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alimentar regularmente os sistemas SCAF/SIGAF/SIASUS, conforme regulamentação.</li> <li>- Registrar solicitações, renovação e retiradas de medicamentos para fins de controle e auditoria.</li> </ul> <p><b>Planejamento orçamentário e cooperação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever ajuda de custo (ex.: deslocamento) aos usuários em situação de vulnerabilidade para acesso ao ponto de entrega do medicamento.</li> <li>- Acompanhar pactuação estadual quanto ao fluxo de financiamento e abastecimento dos medicamentos.</li> </ul>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

**Objetivo Específico 3: Implantar e padronizar protocolos clínicos municipais para o fornecimento de fraldas descartáveis e dietas especiais (enterais e fórmulas), com critérios técnicos definidos, acompanhamento profissional e controle de entrega, promovendo equidade no acesso e uso racional dos recursos.**

<p>Implantar protocolos clínicos municipais para fornecimento de fraldas e dietas, estabelecendo critérios de acesso, fluxos administrativos, responsabilidades profissionais, documentação exigida e prazos de reavaliação, garantindo transparência, controle e atendimento justo às pessoas com necessidades especiais.</p>	<p>Percentual de usuários atendidos com fraldas e dietas especiais conforme protocolo clínico implantado</p>	<p><b>Elaboração e validação dos protocolos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar protocolos clínicos municipais com base em evidências científicas, legislação vigente e experiências de boas práticas.</li> <li>- Definir critérios para concessão de fraldas: idade, incontinência, diagnóstico, comprovação médica e laudo atualizado.</li> <li>- Definir critérios para dietas: necessidade nutricional, prescrição médica com justificativa clínica, laudo do nutricionista e exames complementares.</li> <li>- Submeter os protocolos ao Conselho Municipal de Saúde para validação e pactuação.</li> </ul> <p><b>Implantação do fluxo de acesso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer pontos de entrada: UBSs ou serviços especializados.</li> <li>- Padronizar a documentação exigida (prescrição, laudo, exames, formulário padrão).</li> <li>- Implantar rotina de análise técnica e reavaliação periódica dos casos (ex.: a cada 6 meses).</li> </ul> <p><b>Registro e controle</b></p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>	<p>100%</p>
--	--	--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar sistema de cadastro dos beneficiários com número de processo e prontuário.</li> <li>- Implantar sistema de controle de entrega (digital ou manual) com histórico de dispensações.</li> <li>- Atualizar estoque e previsão de demanda com base no número de usuários ativos.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Logística e insumos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar compras regulares de fraldas e dietas conforme demanda planejada e orçamento disponível.</li> <li>- Garantir condições adequadas de armazenamento e transporte (refrigeração, ventilação).</li> <li>- Avaliar possibilidade de aquisição via consórcio intermunicipal ou processo licitatório próprio.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Capacitação das equipes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar médicos, enfermeiros e nutricionistas sobre os critérios dos protocolos.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinar os profissionais administrativos para recepção de documentos e controle de entrega.</li> <li>- Estimular comunicação clara com os usuários sobre seus direitos e deveres.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Informação à população</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar os critérios dos protocolos em</li> </ul>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

		<p>murais das UBSs e redes sociais da saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar os usuários sobre como solicitar, renovar ou recorrer de uma negativa de fornecimento.</li> </ul> <p><b>Monitoramento e avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar mensalmente os atendimentos com base nos critérios dos protocolos.</li> <li>- Avaliar os casos que fogem dos critérios e deliberar via equipe técnica ou junta revisora.</li> <li>- Prestar contas ao Conselho Municipal de Saúde sobre cobertura, gasto e impacto dos protocolos implantados.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo Específico 4: Implementar rotinas administrativas, técnicas e jurídicas para cumprimento eficiente, transparente e sustentável das decisões judiciais que envolvem medicamentos, garantindo o acesso dos usuários e o controle dos impactos orçamentários para o município.</b></p>								
<p>Implantar um fluxo municipal padronizado para cumprimento das decisões judiciais relativas a medicamentos, com base em análise técnica, planejamento orçamentário e controle de processos, visando</p>	<p>Percentual de decisões judiciais cumpridas dentro do prazo legal estabelecido.</p>	<p><b>Instituição de núcleo técnico-jurídico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Designar equipe técnica (farmacêutico, jurídico, gestor) para responder às demandas judiciais.</li> <li>- Criar canal direto entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria do Município e o setor de compras.</li> </ul> <p><b>Padronização do fluxo de cumprimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar protocolo municipal de resposta a decisões judiciais com prazos, responsabilidades e documentação necessária.</li> <li>- Padronizar os procedimentos de aquisição</li> </ul>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

<p>garantir o direito do cidadão com responsabilidade sanitária e administrativa.</p>		<p>emergencial de medicamentos, com base em cotação, rastreabilidade e controle sanitário.</p> <p><b>Aquisição e logística</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir que a aquisição de medicamentos judicializados atenda às exigências da Anvisa e do SUS.</li> <li>- Formalizar contrato com empresas especializadas para fornecimento de medicamentos fora da REMUME, quando necessário.</li> <li>- Implantar controle rígido de entrada, saída e dispensação desses medicamentos, com registro em sistema próprio.</li> </ul> <p><b>Prestação de contas e transparência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar banco de dados com todas as demandas judiciais recebidas e seus respectivos atendimentos.</li> <li>- Prestar contas trimestralmente ao Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria de Finanças sobre os gastos com judicialização.</li> <li>- Apresentar relatório anual com os tipos de medicamentos mais demandados e seu impacto no orçamento.</li> </ul> <p><b>Acompanhamento do paciente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir que o usuário que recebe medicamento por via judicial esteja vinculado a uma equipe de saúde.</li> <li>- Promover acompanhamento clínico para</li> </ul>						
---	--	---	--	--	--	--	--	--

		<p>avaliar eficácia, possíveis reações adversas e continuidade da terapêutica.</p> <p><b>Controle e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alimentar sistema interno de monitoramento da judicialização da saúde com atualização contínua dos dados.</li> <li>- Criar mecanismo de alerta para renovação de tratamentos de uso contínuo com base em novas decisões judiciais ou laudos médicos atualizados.</li> </ul> <p><b>Planejamento orçamentário</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever dotação orçamentária específica para cumprimento de sentenças judiciais de medicamentos na LOA.</li> <li>- Avaliar possibilidade de recuperação de valores junto ao Estado ou União, quando o medicamento for de responsabilidade de outra esfera.</li> </ul>						
<p><b>Fonte Federal:</b> Assistência Farmacêutica <b>Fonte Estadual:</b> Farmácia de Todos <b>Fonte Municipal:</b> Próprio <b>Bloco:</b> Custeio e Investimento</p>								

**ÁREA TEMÁTICA III: Vigilância em Saúde**

**DIRETRIZ 01** – Fortalecer a vigilância em saúde como eixo estratégico da gestão municipal, promovendo ações integradas de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, da saúde do trabalhador e controle de zoonoses, com foco na prevenção, detecção precoce e resposta oportuna a agravos e riscos à saúde da população.

**OBJETIVO 1:** Ampliar e qualificar as ações de vigilância em saúde no território municipal, garantindo a capacidade de monitoramento, análise, resposta e prevenção de riscos e agravos à saúde pública, por meio de sistemas de informação eficientes, equipes capacitadas e integração com a rede de atenção à saúde.

**Objetivo Específico 1: Ampliar a capacidade de detecção, investigação, notificação e resposta aos agravos e eventos de saúde pública por meio da qualificação das equipes, da integração com os demais pontos da rede de atenção e do uso adequado dos sistemas de informação em saúde.**

Descrição da meta	Indicador	Ações Estratégicas	Linha Base	Meta do plano 2026/2029	Meta prevista 2026	Meta prevista 2027	Meta prevista 2028	Meta prevista 2029
Assegurar a notificação tempestiva, investigação adequada e encerramento dos casos dos agravos de notificação compulsória no município, promovendo resposta rápida e embasada a surtos e epidemias, com base em evidências e protocolos estabelecidos.	Percentual de agravos de notificação compulsória registrados no sistema de informação correspondente dentro do prazo preconizado.	<p align="center"><b>Qualificação da equipe de vigilância epidemiológica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar continuamente os profissionais da vigilância e da atenção básica em notificação e investigação dos principais agravos.</li> <li>- Promover atualização técnica sobre arboviroses, doenças imunopreveníveis, zoonoses, tuberculose, HIV/AIDS, hepatites virais, entre outros.</li> </ul> <p align="center"><b>Aperfeiçoamento dos sistemas de informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir uso adequado e alimentação regular dos sistemas SINAN, SIVEP-Gripe, e-SUS Notifica, GAL e outros.</li> <li>- Monitorar indicadores de cobertura, atraso na notificação e encerramento de fichas.</li> </ul> <p align="center"><b>Deteção e resposta a surtos e emergências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar e atualizar o Plano de</li> </ul>	90%	95%	95%	95%	95%	95%

		<p>Contingência Municipal para arboviroses e outros agravos emergentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver fluxos de resposta rápida a surtos (dengue, COVID-19, síndromes gripais, doenças exantemáticas, etc.).</li> <li>- Realizar simulações e exercícios de preparação para emergências em saúde pública.</li> </ul> <p><b>Integração com a rede de atenção e imunização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a comunicação entre vigilância epidemiológica, atenção primária e unidades hospitalares.</li> <li>- Acompanhar eventos adversos pós-vacinação (EAPV) e garantir monitoramento das coberturas vacinais em tempo real.</li> </ul> <p><b>Monitoramento e avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Produzir boletins epidemiológicos periódicos para divulgar situação de saúde do município.</li> <li>- Apresentar os dados em reuniões do Conselho Municipal de Saúde e da equipe de gestão.</li> <li>- Avaliar o desempenho da vigilância com base em indicadores pactuados regionalmente.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e logística</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir acesso à internet, computadores e</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>sistemas atualizados para a equipe de vigilância.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter transporte adequado (veículo compartilhado ou exclusivo) para investigação de campo.</li> <li>- Fornecer material de coleta e EPI para as ações em campo.</li> <li>- Construir/ Reformar e ampliar com necessidade de adequação física.</li> </ul> <p><b>Manutenção e funcionamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir no planejamento e execução orçamentária os custos fixos com água, energia elétrica, telefone, internet, limpeza, segurança e pequenos reparos nas UBS.</li> <li>- Garantir recursos para manutenção e funcionamento contínuo.</li> </ul> <p><b>Recursos humanos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar concurso ou processo seletivo para compor a equipe.</li> <li>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo Específico 2: Ampliar e qualificar as ações de vigilância sanitária no território municipal, assegurando o controle sanitário dos estabelecimentos e atividades econômicas, com base em critérios técnicos, legislações vigentes e ações educativas.</b></p>								
Ampliar a cobertura e qualificação das ações de fiscalização,	Percentual de estabelecimentos sujeitos à vigilância	<p><b>Fiscalização e inspeção sanitária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar inspeções periódicas em estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária (alimentos, farmácias, clínicas,</li> </ul>	90%	95%	95%	95%	95%	95%

<p>licenciamento e orientação sanitária no município, garantindo que a atuação da VISA seja efetiva na prevenção de riscos à saúde da população, promovendo segurança sanitária e conformidade legal nos serviços e produtos ofertados à comunidade.</p>	<p>sanitária fiscalizados anualmente.</p>	<p>escolas, salões de beleza, mercados, açougues, entre outros).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizado o cadastro de estabelecimentos sujeitos à ação da VISA.</li> </ul> <p><b>Licenciamento e regularização sanitária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a emissão de alvarás sanitários dentro do prazo estabelecido.</li> <li>- Orientar os empreendedores sobre as exigências sanitárias vigentes.</li> <li>- Implantar fluxo digital para solicitação e emissão de alvarás, quando possível.</li> </ul> <p><b>Educação sanitária e comunicação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover ações educativas voltadas a comerciantes, profissionais da saúde e manipuladores de alimentos.</li> <li>- Realizar campanhas sobre boas práticas sanitárias, uso racional de produtos e prevenção de riscos.</li> </ul> <p><b>Capacitação técnica da equipe</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualizar continuamente os profissionais da vigilância sanitária sobre legislações federais, estaduais e municipais.</li> <li>- Participar de capacitações regionais promovidas pelo Estado e apoiar ações de campo intermunicipais.</li> </ul> <p><b>Monitoramento de produtos e serviços</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recolher amostras e encaminhar para análise laboratorial quando necessário (ex.:</li> </ul>						
--	---	---	--	--	--	--	--	--

		<p>alimentos, água, cosméticos, saneantes).</p> <p>- Atuar em conjunto com a VISA estadual em situações de risco sanitário ampliado.</p> <p><b>Integração com outras vigilâncias e a atenção básica</b></p> <p>- Participar de ações conjuntas com vigilância epidemiológica, ambiental e zoonoses.</p> <p>- Atuar em parceria com a Atenção Primária em ações educativas em saúde e denúncias da população.</p> <p><b>Sistema de informação e registro</b></p> <p>- Implantar ou manter atualizado o sistema de registro das ações da VISA (cadastro, inspeções, notificações, autos).</p> <p>- Elaborar relatórios trimestrais das atividades da vigilância sanitária para fins de controle e prestação de contas.</p> <p><b>Infraestrutura e logística</b></p> <p>- Garantir condições adequadas de transporte para inspeções.</p> <p>- Fornecer equipamentos de proteção individual, materiais de campo, crachás e instrumentos de medição.</p> <p>- Construir/ Reformar e ampliar unidade com necessidade de adequação física.</p> <p>- Adquirir mobiliário, equipamentos de enfermagem, consultórios e administrativos.</p> <p><b>Veículos</b></p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adquirir veículos para deslocamento da equipe.</li> <li>- Manter frota com abastecimento, manutenção preventiva e corretiva.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Manutenção e funcionamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir no planejamento e execução orçamentária os custos fixos com água, energia elétrica, telefone, internet, limpeza, segurança e pequenos reparos.</li> <li>- Garantir recursos para manutenção e funcionamento contínuo das unidades.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Recursos humanos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar concurso ou processo seletivo para compor a equipe</li> <li>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos.</li> </ul>							
<b>Objetivo Específico 3: Ampliar e qualificar as ações de vigilância em saúde do trabalhador no território municipal, com ênfase na notificação, investigação e acompanhamento dos agravos relacionados ao trabalho, bem como na promoção de ambientes laborais saudáveis.</b>									
Implementar rotinas sistemáticas de vigilância em saúde do trabalhador, com registro e análise de dados no SINAN, identificação de riscos nos ambientes de trabalho, ações	Número de notificações de agravos relacionados ao trabalho registradas no SINAN, por ano.	<p style="text-align: center;"><b>Equipe e Recursos Humanos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a designação de profissional de referência na VISAT (enfermeiro, técnico ou sanitário capacitado).</li> <li>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Identificação e notificação de agravos relacionados ao trabalho</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar e manter atualizado o fluxo</li> </ul>	90%	95%	95%	95%	95%	95%	

<p>educativas e assistência aos trabalhadores acometidos por agravos laborais.</p>		<p>municipal para notificação e investigação de agravos relacionados ao trabalho (LER/DORT, acidentes, câncer relacionado ao trabalho, transtornos mentais, entre outros).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar busca ativa e articulação com os serviços de saúde da rede para captação de casos subnotificados.</li> </ul> <p><b>Educação permanente e ações educativas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitar profissionais da Atenção Básica, vigilância sanitária e equipes de saúde para identificação e notificação de agravos.</li> <li>- Desenvolver campanhas educativas voltadas aos trabalhadores informais, rurais e urbanos, com foco em prevenção de acidentes e promoção de saúde mental.</li> </ul> <p><b>Sistema de Informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alimentar regularmente o SINAN com as notificações de agravos relacionados ao trabalho.</li> <li>- Produzir relatórios periódicos e compartilhar com o Conselho Municipal de Saúde.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e logística</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar veículo compartilhado para visitas e investigações em campo.</li> <li>- Fornecer material de consumo (fichas de notificação, crachás, EPI, folders).</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--



		<p>- Desenvolver e executar ações de controle de Aedes aegypti, roedores, escorpiões e outros vetores de relevância local.</p> <p>- Realizar mutirões em parceria com a comunidade e os agentes comunitários de saúde.</p> <p>- Aplicar larvicidas e realizar bloqueios de transmissão quando indicado.</p> <p><b>Educação ambiental e mobilização comunitária</b></p> <p>- Desenvolver atividades educativas em escolas e bairros com maior vulnerabilidade ambiental.</p> <p>- Promover campanhas sobre armazenamento de água, descarte correto de resíduos e prevenção de criadouros de vetores.</p> <p><b>Exames e apoio diagnóstico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitar exames laboratoriais relacionados a doenças ambientais (leptospirose, esquistossomose, arboviroses etc.).</li> </ul> <p>- Encaminhar casos suspeitos à rede de atenção e monitorar os desfechos em parceria com a vigilância epidemiológica.</p> <p><b>Material de consumo e insumos</b></p> <p>- Garantir larvicidas, armadilhas, EPIs, frascos para coleta de água, lanternas, pranchetas, crachás e materiais educativos.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p align="center"><b>Infraestrutura e logística</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar veículo para ações de campo (coleta, inspeção, mutirão).</li> <li>- Fornecer acesso à internet, computador e local adequado para armazenamento de materiais e elaboração de relatórios.</li> </ul> <p align="center"><b>Sistemas de informação e relatórios</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alimentar regularmente o SISAGUA e o SIVEP-Dengue.</li> <li>- Produzir boletins e relatórios mensais sobre a situação ambiental do município e apresentar ao Conselho Municipal de Saúde.</li> </ul> <p align="center"><b>Parcerias intersetoriais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular ações com a Secretaria de Meio Ambiente, Defesa Civil, escolas, empresas e associações comunitárias.</li> <li>- Participar ativamente das ações regionais promovidas pelo Estado e apoiar municípios vizinhos em situações emergenciais.</li> </ul>						
<b>Fonte Federal:</b> Vigilância em Saúde <b>Fonte Estadual:</b> Vigilância em Saúde <b>Fonte Municipal:</b> Próprio <b>Bloco:</b> Custeio e Investimento								



		<p>atendimento intensivo e semi-intensivo.</p> <p><b>Medicamentos e apoio farmacêutico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir fornecimento regular de medicamentos psicotrópicos padronizados (antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos, estabilizadores de humor).</li> <li>- Manter acompanhamento farmacêutico em parceria com a farmácia básica e assistência farmacêutica.</li> </ul> <p><b>Exames e apoio diagnóstico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir acesso a exames laboratoriais e de imagem necessários para o acompanhamento dos usuários.</li> <li>- Estabelecer fluxos de encaminhamento para serviços de apoio diagnóstico e especialistas da rede.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e manutenção</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir prédio adequado, acolhedor e com salas multifuncionais (consultório, acolhimento, sala de grupo, espaço de convivência).</li> <li>- Realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e do imóvel (água, luz, pintura, reparos, etc.).</li> </ul> <p><b>Transporte e apoio logístico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar veículo para visitas domiciliares, busca ativa de usuários e participação em atividades externas.</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>- Prever combustível e manutenção veicular na programação orçamentária.</p> <p><b>Integração com a rede de atenção e assistência social</b></p> <p>- Estabelecer vínculos com a Atenção Primária, CRAS, CREAS, escolas e instituições de acolhimento.</p> <p>- Fortalecer a rede intersetorial para reinserção familiar e social dos usuários.</p> <p><b>Acompanhamento e avaliação</b></p> <p>- Realizar reuniões de equipe com avaliação de casos e readequação dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS).</p> <p>- Alimentar regularmente os sistemas de informação da saúde mental (e-SUS APS, RAAS, SISAPS, etc.).</p> <p>- Produzir relatórios mensais de atendimentos para avaliação pela gestão e pelo Conselho Municipal de Saúde.</p>						
<p><b>Objetivo específico 2: Implantar e consolidar o Centro de Convivência e Cultura como espaço de cuidado territorial e de produção de vida, com foco na construção de redes afetivas, práticas coletivas, expressão artística e protagonismo dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial.</b></p>								
Garantir o funcionamento regular do CCC com oficinas semanais, eventos culturais mensais,	Número de atividades coletivas realizadas por ano no Centro de Convivência e	<p><b>Equipe e recursos humanos</b></p> <p>- Garantir educadores, oficinairos e facilitadores de atividades culturais (servidores ou terceirizados).</p> <p>- Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos</p>	20	20	5	5	5	5

<p>participação comunitária e articulação com escolas, artistas e movimentos sociais, promovendo a cidadania e a valorização das diferenças.</p>	<p>Cultura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar apoio técnico da equipe da saúde mental (psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social).</li> <li><b>Material de consumo e apoio às oficinas</b></li> <li>- Fornecer insumos para oficinas de artesanato, pintura, culinária, reciclagem, música, teatro e jardinagem.</li> <li>- Manter estrutura mínima para realização das oficinas (mesas, cadeiras, som, ventilação, armários).</li> <li><b>Infraestrutura física</b></li> <li>- Garantir espaço físico acolhedor, acessível e com ambiente de convivência (interno ou compartilhado com outros serviços culturais/educacionais).</li> <li>- Realizar manutenção periódica da estrutura, mobiliário e equipamentos.</li> <li><b>Transporte e acessibilidade</b></li> <li>- Disponibilizar transporte para usuários com dificuldade de locomoção, especialmente da zona rural.</li> <li>- Prever veículo ou apoio logístico para participação em eventos externos e apresentações.</li> <li><b>Produção cultural e eventos</b></li> <li>- Realizar mostras artísticas, feiras, apresentações públicas, festivais e rodas de conversa abertas à comunidade.</li> </ul>						
--	-----------------	--	--	--	--	--	--	--

	<p>- Estimular a produção coletiva de artes e sua exposição em espaços públicos (escolas, praças, unidades de saúde).</p> <p><b>Integração intersetorial e comunitária</b></p> <p>- Estabelecer parcerias com a Secretaria de Cultura, Educação, CRAS, escolas, igrejas e associações comunitárias.</p> <p>- Criar conselhos locais de convivência com participação de usuários, familiares e comunidade.</p> <p><b>Monitoramento e avaliação</b></p> <p>- Registrar todas as atividades desenvolvidas em sistema próprio ou planilhas.</p> <p>- Produzir relatório semestral com avaliação participativa do funcionamento e impacto do CCC.</p> <p><b>Transporte e apoio logístico</b></p> <p>- Disponibilizar veículo para visitas domiciliares, busca ativa de usuários e participação em atividades externas.</p> <p>- Prever combustível e manutenção veicular na programação orçamentária.</p> <p><b>Integração com a rede de atenção e assistência social</b></p> <p>- Estabelecer vínculos com a Atenção Primária, CRAS, CREAS, escolas e instituições de acolhimento.</p> <p>- Fortalecer a rede intersetorial para</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



<p>integração com as famílias e redes de apoio.</p>		<p>gratificações e ajudas de custo para profissionais de atuação intensiva.</p> <p><b>Materiais e insumos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecer ou custear insumos terapêuticos, educacionais e materiais de apoio às atividades individuais e coletivas.</li> <li>- Garantir suporte logístico e materiais de consumo para reabilitação física e intelectual.</li> </ul> <p><b>Medicamentos e exames</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar a assistência prestada pela APAE à rede de fornecimento de medicamentos e exames via SUS.</li> <li>- Estabelecer fluxo de acesso aos serviços de apoio diagnóstico especializados.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e manutenção</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar, via contrato ou convênio, a manutenção do espaço físico da instituição parceira.</li> <li>- Garantir recursos para manutenção de equipamentos de reabilitação, mobiliário e estruturas de acessibilidade.</li> </ul> <p><b>Transporte e acessibilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a disponibilização de transporte adaptado ou custear o transporte de usuários com mobilidade reduzida para o SERDI.</li> <li>- Integrar ao transporte sanitário eletivo do município, quando necessário.</li> </ul> <p><b>Articulação com a rede SUS e intersetorial</b></p>						
---	--	--	--	--	--	--	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer fluxos de referência e contrarreferência com a Atenção Primária, CAPS, escolas e CRAS.</li> <li>- Incentivar a inclusão escolar e social das pessoas com deficiência atendidas.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Monitoramento e avaliação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigir da APAE relatórios trimestrais e anuais com dados de produção, atendimentos e indicadores de desempenho.</li> <li>- Avaliar anualmente os resultados do serviço e apresentar ao Conselho Municipal de Saúde.</li> </ul>							
<b>Objetivo específico 4: Qualificar e ampliar a assistência ambulatorial especializada ofertada nos centros de saúde e na policlínica municipal, promovendo atendimento multiprofissional, integração com a atenção básica e fortalecimento das linhas de cuidado.</b>									
Manter o funcionamento regular da policlínica e dos ambulatórios especializados nos centros de saúde com equipes médicas e multiprofissionais, garantindo o acesso à população as especialidades médicas e aos principais exames	Número de atendimentos ambulatoriais especializados realizados mensalmente nos centros de saúde e na policlínica.	<p><b>Contratação e custeio de profissionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a presença de médicos especialistas em regime de carga horária fixa ou por produção.</li> <li>- Incluir enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais e outros profissionais conforme linhas de cuidado.</li> <li>- Prever recursos para pagamento direto ou por meio de parcerias com prestadores de serviço.</li> <li>- - Garantir pagamento regular da folha salarial, gratificações e encargos</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e manutenção</b></p>	1840	8000	2000	2000	2000	2000	2000

ambulatoriais		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter as estruturas físicas da policlínica e centros de saúde em boas condições, com consultórios equipados, salas de procedimentos e de apoio.</li> <li>- Realizar reformas e adequações quando necessário para ampliação do acesso e conforto do usuário.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Apoio à regulação e integração com a atenção básica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar sistema informatizado de agendamento e prontuário eletrônico, garantindo integração com as unidades da Atenção Primária.</li> <li>- Utilizar critérios clínicos e fluxos regulatórios claros para priorização dos atendimentos especializados.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Oferta de exames</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir exames laboratoriais, de imagem (USG, ECG, RX, entre outros) e outros procedimentos básicos e especializados.</li> <li>- Manter ou contratar laboratórios de apoio conveniados, conforme pactuação.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Medicamentos e insumos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir medicamentos de uso ambulatorial de acordo com protocolos clínicos e a Relação Municipal de Medicamentos.</li> <li>- Assegurar o abastecimento de material de consumo necessário aos procedimentos</li> </ul>						
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>realizados.</p> <p><b>Transporte sanitário</b></p> <p>- Disponibilizar transporte eletivo para pacientes que necessitem de atendimento ambulatorial especializado, especialmente da zona rural.</p> <p><b>Monitoramento e avaliação</b></p> <p>- Monitorar a produção mensal de atendimentos por especialidade e tempo médio de espera.</p> <p>- Avaliar satisfação do usuário e indicadores de efetividade clínica (adesão, seguimento, encaminhamento resolutivo).</p> <p><b>Integração com programas e políticas públicas</b></p> <p>- Garantir que as consultas e atendimentos especializados apoiem a condução de casos das linhas de cuidado prioritárias: hipertensão, diabetes, saúde da mulher, saúde mental, etc.</p> <p>- Manter relação articulada com e-multi, CAPS, CER, Hospital, CRAS e unidades de referência estadual.</p>						
<b>Objetivo específico 5: Assegurar a realização de exames laboratoriais básicos e especializados para todos os usuários do SUS no município, por meio da operação conjunta do Laboratório Municipal e da complementação da oferta via laboratório terceirizado, de forma regulada, segura e integrada à rede de atenção.</b>								
Manter o funcionamento	Número de exames	<b>Fortalecimento do Laboratório Municipal</b> - Manter equipe técnica composta por	2674	12000	3000	3000	3000	3000

<p>regular do Laboratório Municipal com coletas e análises diárias, complementado pela contratualização de laboratório terceirizado para exames de maior complexidade ou de alta demanda, garantindo a realização integral das solicitações médicas oriundas da Atenção Básica e da Média Complexidade.</p>	<p>laboratoriais realizados mensalmente pela rede pública (laboratório próprio e terceirizado).</p>	<p>bioquímico, técnicos de laboratório e auxiliares de serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir aquisição contínua de reagentes, insumos laboratoriais e EPIs.</li> <li>- Manter e ampliar equipamentos laboratoriais automatizados para exames básicos.</li> </ul> <p><b>Gestão do contrato com laboratório terceirizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Licitar e manter contrato com laboratório privado para exames de apoio e especialidades não executadas pelo laboratório municipal.</li> <li>- Garantir metas de produção, prazos de entrega e controle de qualidade nos contratos.</li> </ul> <p><b>Logística de coleta e transporte</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter pontos de coleta em unidades de saúde urbanas e rurais, com logística integrada entre laboratório municipal e terceirizado.</li> <li>- Garantir transporte diário de amostras, especialmente para exames que requerem maior complexidade.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e equipamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar manutenções corretivas e preventivas nos equipamentos do laboratório municipal.</li> <li>- Ampliar a capacidade de armazenamento,</li> </ul>						
---	---	--	--	--	--	--	--	--

		<p>climatização e processamento de amostras.</p> <p><b>Sistemas e integração de resultados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar prontuário eletrônico com liberação digital de laudos acessível pelas unidades solicitantes.</li> <li>- Garantir interoperabilidade entre os sistemas do laboratório próprio e do terceirizado.</li> </ul> <p><b>Financiamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever orçamento para folha de pagamento da equipe municipal e aquisição de insumos e manutenção.</li> <li>- Garantir recursos para o pagamento mensal do laboratório terceirizado por produção, com base em tabela pactuada.</li> </ul> <p><b>Monitoramento da produção</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar acompanhamento mensal da produção total de exames (por tipo, local e origem da solicitação).</li> <li>- Implantar indicadores de qualidade e tempo de resposta.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo específico 6: Ofertar atendimento fisioterapêutico integral à população com necessidade de reabilitação, mediante a atuação conjunta da equipe municipal e de prestadores contratados, com base em critérios clínicos e de regulação.</b></p>								
Manter o funcionamento do serviço municipal de fisioterapia e garantir	Número de atendimentos fisioterapêuticos realizados	<p><b>Manutenção do Serviço Municipal de Fisioterapia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir equipe própria composta por fisioterapeutas, auxiliares e equipe de apoio.</li> </ul>	412	2000	500	500	500	500

<p>a complementação da oferta por meio de prestadores contratados, de forma contínua e regulada, atendendo a toda a demanda oriunda da rede municipal de saúde até 2029.</p>	<p>mensalmente (municipal + terceirizado).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ofertar atendimento em espaço físico adequado com estrutura e equipamentos compatíveis com a demanda.</li> </ul> <p><b>Contratualização de serviço de fisioterapia terceirizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Firmar contrato ou convênio com clínicas ou profissionais autônomos para complementação da oferta, com metas mensais e regulação municipal.</li> <li>- Assegurar diversidade de especialidades e ampliação do acesso, especialmente em localidades descobertas.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura e equipamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter a estrutura física adequada, com salas equipadas com tens, ultrassom, bicicletas, barras paralelas, bolas, espaldar e outros recursos de reabilitação.</li> <li>- Garantir manutenção periódica e aquisição de novos equipamentos quando necessário.</li> </ul> <p><b>Material de consumo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir aquisição contínua de materiais como creme condutor, faixas elásticas, bandagens, EPIs, álcool, gases, entre outros.</li> </ul> <p><b>Acesso e transporte</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar transporte eletivo para pacientes da zona rural e usuários com mobilidade reduzida, assegurando acesso regular ao serviço.</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p><b>Regulação e encaminhamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar a fila de espera por meio de sistema informatizado de regulação, com controle de entradas, retornos e altas.</li> <li>- Estabelecer critérios de priorização com base na avaliação clínica e funcional.</li> </ul> <p><b>Orçamento e financiamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever dotação orçamentária para pagamento de folha dos servidores municipais, aquisição de insumos e pagamento mensal aos prestadores contratados conforme produção.</li> </ul> <p><b>Avaliação e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorar mensalmente a produção de atendimentos, taxa de absenteísmo, tempo médio de espera e número de pacientes ativos.</li> <li>- Implantar avaliação funcional no início e ao final do tratamento.</li> </ul>							
<p><b>Objetivo específico 7: Manter e qualificar o funcionamento do Hospital Municipal e/ou Referenciado, garantindo a oferta de atendimentos clínicos, cirúrgicos e de urgência compatíveis com sua capacidade instalada, e articular-se com os hospitais de referência contratualizados ou pactuados para assegurar o acesso aos serviços de maior complexidade.</b></p>									
Manter o Hospital Municipal e/ ou referenciado com funcionamento regular 24h e acesso	Taxa de internações hospitalares SUS no município (próprio e	<p><b>Fortalecimento do Hospital</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir escala completa de plantão médico 24h, equipe de enfermagem, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.</li> <li>- Manter leitos clínicos ativos e ofertar</li> </ul>	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%

<p>a exames, internações e procedimentos básicos, e assegurar a contratualização com hospital de referência para atendimento da média e alta complexidade, conforme pactuação regional, até 2029.</p> <p>Garantir o encaminhamento regular de usuários para internações, cirurgias e partos em hospital referenciado, conforme pactuação regional, com controle da demanda via regulação municipal até 2029.</p>	<p>referenciado), por mil habitantes.</p>	<p>pequenas cirurgias ambulatoriais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover humanização, segurança do paciente e qualificação da equipe.</li> </ul> <p><b>Contratualização com Hospital de Referência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Firmar contratos ou pactuações com hospital regional ou filantrópico para realização de internações, cirurgias eletivas e atendimento de especialidades.</li> <li>- Acompanhar metas assistenciais e repasses financeiros do Teto MAC.</li> </ul> <p><b>Medicamentos e insumos hospitalares</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar aquisição contínua de medicamentos, material médico-hospitalar, gases medicinais e itens de consumo para o Hospital Municipal.</li> </ul> <p><b>Transporte e regulação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir transporte sanitário adequado para pacientes referenciados.</li> <li>- Organizar a regulação de leitos e procedimentos via SISREG ou central própria.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura hospitalar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar manutenções preventivas e corretivas no prédio do hospital.</li> <li>- Ampliar e renovar equipamentos hospitalares (monitor multiparâmetro, aspiradores, ventiladores pulmonares, camas</li> </ul>						
--	---	---	--	--	--	--	--	--

		<p>hospitalares, etc.).</p> <p><b>Monitoramento e controle</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar indicadores de produtividade, infecção hospitalar, média de permanência, taxa de ocupação e mortalidade hospitalar.</li> <li>- Monitorar a produção contratualizada com o hospital de referência e apresentar relatórios mensais ao Conselho Municipal de Saúde.</li> </ul> <p><b>Financiamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever dotação orçamentária para folha de pagamento, custeio e manutenção do hospital municipal.</li> <li>- Acompanhar e otimizar o uso do Teto MAC e outras transferências federais/estaduais para hospitais contratualizados.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo específico 8: Assegurar a continuidade do cuidado odontológico especializado para os usuários encaminhados pela Atenção Primária, por meio da oferta regular de serviços como endodontia, periodontia, cirurgia oral menor, diagnóstico bucal e atenção à pessoa com deficiência, seja no SESB ou por meio de prestadores especializados contratados ou referenciados.</b></p>								
<p>Garantir a oferta regular de atendimentos odontológicos especializados, seja por meio do SESB municipal ou de serviços contratados.</p>	<p>Número de atendimentos odontológicos especializados realizados por ano no SESB e/ou serviço referenciado.</p>	<p><b>Oferta de atendimento especializado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir equipe especializada no SESB ou por meio de contratação de profissionais autônomos/clínicas credenciadas, incluindo cirurgiões-dentistas especialistas e equipe de apoio técnico.</li> </ul> <p><b>Manutenção da infraestrutura e equipamentos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter em funcionamento as unidades</li> </ul>	0	2880	720	720	720	720

		<p>físicas do SESB e/ou clínicas credenciadas com equipamentos adequados: consultórios odontológicos completos, aparelhos de raio-X, motores de endodontia, ultrassons, fotopolimerizadores, etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos odontológicos.</li> </ul> <p><b>Materiais de consumo e insumos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a aquisição contínua de insumos odontológicos como resinas, cimentos, anestésicos, materiais endodônticos e cirúrgicos.</li> </ul> <p><b>Medicamentos odontológicos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios e antissépticos para prescrição e uso odontológico conforme protocolos clínicos.</li> </ul> <p><b>Regulação e encaminhamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrar o serviço especializado de saúde bucal à regulação municipal, com critérios de prioridade clínica, controle de fila e retorno programado.</li> </ul> <p><b>Transporte sanitário</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir transporte eletivo para pacientes com dificuldade de acesso ao SESB ou clínicas especializadas.</li> </ul> <p><b>Financiamento e contratualização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar recursos federais destinados ao</li> </ul>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>CEO (quando habilitado), complementando com orçamento municipal para manutenção e/ou pagamento de serviços contratualizados.</p> <p><b>Avaliação e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorar produção mensal de atendimentos especializados, por profissional e por tipo de procedimento.</li> <li>- Avaliar tempo de espera, taxa de absenteísmo e indicadores de desfecho clínico.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo específico 9: Assegurar o acesso da população ao cuidado em domicílio, por meio da manutenção e ampliação do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), oferecendo atendimento multiprofissional integrado, com foco na recuperação, reabilitação, prevenção de agravos e redução de internações evitáveis.</b></p>								
<p>Garantir o acompanhamento mensal dos usuários pelo SAD, com visitas regulares da equipe multiprofissional</p>	<p>Número de usuários acompanhados por ano pelo Serviço de Atenção Domiciliar.</p>	<p><b>Manutenção da equipe de atenção domiciliar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir equipe multiprofissional (enfermeiro, médico, técnico de enfermagem, fisioterapeuta, assistente social, entre outros conforme a necessidade local).</li> <li>- Assegurar remuneração adequada e capacitação contínua da equipe.</li> </ul> <p><b>Infraestrutura, equipamentos e transporte</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar veículo exclusivo ou compartilhado para as visitas domiciliares.</li> <li>- Fornecer equipamentos portáteis como oxímetros, estetoscópios, termômetros, balanças, materiais de curativo e medicamentos de uso domiciliar.</li> </ul>	100	100	100	100	100	100

		<p>- Garantir EPI e insumos para procedimentos de enfermagem e fisioterapia no domicílio.</p> <p style="text-align: center;"><b>Cadastro e elegibilidade</b></p> <p>- Adotar critérios padronizados para inclusão de usuários no SAD, em articulação com as Unidades de Saúde da Família e unidades hospitalares (quando aplicável).</p> <p style="text-align: center;"><b>Plano de cuidado e registros</b></p> <p>- Elaborar plano terapêutico singular para cada usuário, com definição de metas, periodicidade das visitas e plano de alta.</p> <p>- Utilizar prontuário físico ou eletrônico para registro das visitas e evolução.</p> <p style="text-align: center;"><b>Disponibilização de medicamentos e insumos</b></p> <p>- Garantir fornecimento de medicamentos básicos e específicos para uso domiciliar.</p> <p>- Disponibilizar fraldas, dietas enterais e outros materiais, conforme avaliação da equipe.</p> <p style="text-align: center;"><b>Acolhimento e apoio à família/cuidador</b></p> <p>- Oferecer orientação contínua aos cuidadores e familiares sobre o manejo clínico, prevenção de complicações e cuidados paliativos (quando necessário).</p> <p style="text-align: center;"><b>Articulação com a rede de saúde</b></p> <p>- Integrar o SAD com a Atenção Básica, equipes hospitalares, e-multi, CAPS,</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



		<p>- Garantir fornecimento contínuo de água, luz, oxigênio e climatização.</p> <p><b>Integração com o SAMU e hospitais de referência</b></p> <p>- Organizar fluxos de regulação com o SAMU e hospitais pactuados para referência de casos graves.</p> <p>- Utilizar protocolos de atendimento e transporte com base nas diretrizes da RUE.</p> <p><b>Equipamentos e materiais permanentes</b></p> <p>- Garantir equipamentos como desfibrilador, monitor multiparamétrico, oxímetros, bombas de infusão, aspiradores e kits de emergência.</p> <p><b>Medicamentos e insumos</b></p> <p>- Assegurar estoque de medicamentos para urgência (analgésicos, antibióticos, sedativos, anti-hipertensivos, glicose, adrenalina, etc).</p> <p>- Garantir insumos como soros, cateteres, materiais de sutura, sondas e equipamentos de proteção individual.</p> <p><b>Transporte sanitário de urgência</b></p> <p>- Disponibilizar ambulância equipada para remoções conforme necessidade e pactuação com o SAMU regional.</p> <p><b>Registros e monitoramento</b></p> <p>- Implantar sistema de registro dos atendimentos (manual ou informatizado).</p> <p>- Monitorar tempo médio de espera, número</p>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

		<p>de atendimentos, desfechos clínicos e taxa de encaminhamentos para hospitais.</p> <p><b>Gestão financeira e manutenção</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever recursos municipais e transferências estaduais/federais (como o Piso da Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC).</li> <li>- Garantir manutenção predial, elétrica e hidráulica periódica.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo específico 11: Manter e ampliar a adesão do município ao CIS, assegurando repasses financeiros regulares e articulação técnica para a oferta de serviços regionais, com destaque para a gestão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU Regional), consultas e exames especializados, ações compartilhadas da Vigilância Sanitária (VISA) e outros programas consorciados.</b></p>								
<p>Realizar repasse financeiro mensal ao CIS conforme contrato de rateio vigente, assegurando a continuidade dos serviços regionais, como o SAMU, atendimentos ambulatoriais, exames, VISA e transporte sanitário.</p>	<p>Número de repasses financeiros efetuados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde conforme a pactuação.</p>	<p><b>Manutenção do vínculo institucional com o CIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar das assembleias e decisões colegiadas do consórcio.</li> <li>- Garantir representação ativa nas pautas técnicas e administrativas.</li> </ul> <p><b>Financiamento do SAMU Regional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cumprir com o repasse mensal da contrapartida municipal para a manutenção do SAMU.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar o funcionamento logístico local do serviço (espaço físico, suporte técnico, abastecimento de ambulância, etc.).</li> </ul> <p><b>Adesão e ampliação dos serviços ambulatoriais especializados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter adesão aos serviços ofertados pelo</li> </ul>	12	12	12	12	12	12

		<p>CIS, como consultas médicas especializadas, exames laboratoriais e de imagem, pequenas cirurgias e atendimentos com equipe multiprofissional.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Regular os encaminhamentos via sistema próprio (municipal ou SISREG) conforme pactuações.</li></ul> <p><b>Serviços compartilhados de vigilância em saúde</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Articular com o CIS a execução compartilhada das ações da Vigilância Sanitária (VISA), inclusive emissão de alvarás, vistorias técnicas e notificações.</li><li>- Participar de ações integradas de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária organizadas pelo consórcio.</li></ul> <p><b>Gestão orçamentária e financeira</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Incluir previsão anual de repasses ao CIS na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA).</li><li>- Acompanhar a prestação de contas e o impacto orçamentário dos serviços consorciados.</li></ul> <p><b>Monitoramento dos serviços consorciados</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhar relatórios mensais de uso dos serviços pelo município (número de atendimentos, tipo de exame, especialidades mais demandadas).</li></ul>					
--	--	--	--	--	--	--	--

		- Avaliar indicadores de acesso, resolubilidade e satisfação dos usuários.							
<b>Objetivo específico 12: Cumprir as determinações judiciais referentes a medicamentos, exames, internações, insumos, fraldas, dietas e procedimentos hospitalares e ambulatoriais, garantindo agilidade no atendimento e controle técnico-financeiro das ações executadas.</b>									
Atender 100% das determinações judiciais relativas ao atendimento ambulatorial e hospitalar, com registro e monitoramento adequado, até 2029.	Proporção de demandas judiciais de saúde recebidas x atendidas pelo município.	<p><b>Manter fluxo administrativo para atendimento das ordens judiciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Designar setor responsável para recebimento e execução das decisões judiciais.</li> <li>- Estabelecer prazos, etapas e controle documental interno.</li> </ul> <p><b>Garantir aquisição de bens e serviços judicializados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar compras emergenciais ou programadas de medicamentos, insumos, fraldas, dietas e procedimentos.</li> <li>- Utilizar recursos próprios e/ou fontes estaduais/federais específicas (como ressarcimentos).</li> </ul> <p><b>Atender demandas judiciais de internação e procedimentos hospitalares</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Firmar pactuações ou contratos com hospitais de referência para internações solicitadas via decisão judicial.</li> <li>- Garantir transporte do paciente, se necessário.</li> </ul> <p><b>Monitorar os gastos e demandas</b></p>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar sistema de controle com relatórios mensais sobre tipo de demanda, origem da ação, valores gastos e prazos de atendimento.</li> <li>- Avaliar impacto orçamentário e planejar ações preventivas.</li> </ul> <p><b>Atuar na regulação técnica das solicitações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incluir avaliação por equipe técnica quando possível (médico regulador, farmacêutico, auditor) para orientar cumprimento técnico da decisão.</li> <li>- Articular com o Judiciário quando cabível, propondo alternativas viáveis dentro da rede SUS.</li> </ul> <p><b>Prever dotação orçamentária específica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserir na LOA e no PPA recursos específicos para o cumprimento das demandas judiciais, evitando desorganização financeira.</li> </ul>						
<p><b>Objetivo específico 13: Viabilizar o deslocamento de pacientes para outros municípios ou regiões para realização de consultas, exames, procedimentos ou tratamentos especializados, quando não disponíveis na rede municipal ou regional.</b></p>								
Realizar e acompanhar todos os pedidos de TFD autorizados pela SES/MG ou pela regulação local/regional,	Número de pacientes beneficiados com TFD no ano.	<p><b>Manter equipe técnica para análise e encaminhamento do TFD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Designar profissional ou setor para recebimento, preenchimento e acompanhamento dos formulários do TFD.</li> <li>- Capacitar os servidores envolvidos sobre a legislação, protocolos e fluxos do programa.</li> </ul>	10518	48000	12000	12000	12000	12000

<p>assegurando transporte, apoio logístico e trâmites administrativos para os usuários e acompanhantes.</p>		<p><b>Garantir transporte para pacientes e acompanhantes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Oferecer transporte regular e seguro para deslocamento até o município de referência, conforme cronograma.</li> <li>- Disponibilizar ajuda de custo ou reembolso quando necessário, conforme legislação vigente.</li> </ul> <p><b>Assegurar hospedagem e alimentação quando previsto</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer parcerias ou firmar contratos com hotéis e pousadas para garantir estadia de pacientes em tratamento prolongado fora do domicílio.</li> <li>- Organizar repasse de auxílio financeiro para alimentação, quando autorizado.</li> </ul> <p><b>Acompanhar e arquivar os processos de TFD</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter registro de cada solicitação, com laudos médicos, autorizações, recibos e relatórios de viagem.</li> <li>- Alimentar relatórios mensais para análise e prestação de contas.</li> </ul> <p><b>Inserir recurso específico no orçamento municipal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir previsão orçamentária para as despesas com TFD (transporte, hospedagem, ajuda de custo).</li> </ul>						
---	--	--	--	--	--	--	--	--

		- Controlar e monitorar o gasto com base na demanda e na execução anual.						
<b>Fonte Federal: MAC Fonte Estadual: MAC Fonte Municipal: Próprio Bloco: Custeio e Investimento</b>								

**ÁREA TEMÁTICA VII: Gestão do SUS**

**DIRETRIZ 01** – Fortalecer a gestão municipal do SUS por meio da qualificação institucional da Secretaria Municipal de Saúde e da valorização do controle social, assegurando uma atuação integrada, participativa, transparente e orientada para a equidade e a efetividade das ações e serviços de saúde.

**OBJETIVO 1:** Consolidar uma gestão pública em saúde eficiente, democrática e resolutiva, que promova a articulação entre planejamento, monitoramento, participação social e controle dos recursos, contribuindo para a garantia do direito à saúde e o aprimoramento das políticas públicas no município.

**Objetivo específico 1: Aperfeiçoar a gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, fortalecendo a capacidade organizacional, a governança, o planejamento e a operacionalização dos serviços do SUS no município.**

Descrição da meta	Indicador	Ações Estratégicas	Linha Base	Meta do plano 2026/2029	Meta prevista 2026	Meta prevista 2027	Meta prevista 2028	Meta prevista 2029
<b>Objetivo específico 1: Assegurar a elaboração, atualização, envio, apreciação e monitoramento dos instrumentos de gestão do SUS de forma oportuna e participativa, fortalecendo a gestão municipal e o controle social.</b>								
Garantir que os principais instrumentos de gestão – Plano Municipal de Saúde (PMS), Programação Anual de Saúde (PAS), Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão (RAG) – sejam elaborados com base em diagnóstico situacional, de forma participativa, aprovados pelo CMS e enviados ao Ministério da Saúde por meio do Sistema DigiSUS Gestor, e contribuindo para o planejamento estratégico e	Nº de PMS enviado ao CMS	<b>Assegurar hospedagem e alimentação quando previsto</b>	1	0	0	0	0	1
	Nº de PAS enviado ao CMS	- Estabelecer parcerias ou firmar contratos com hotéis e pousadas para garantir estadia de pacientes em tratamento prolongado fora do domicílio.	4	1	1	1	1	1
	Nº de RAG enviado ao CMS	- Organizar repasse de auxílio financeiro para alimentação, quando autorizado	4	1	1	1	1	1
	Nº de RDQA enviado ao CMS	<b>Elaboração e atualização dos instrumentos</b> - Construir o PMS com diagnóstico situacional, diretrizes, objetivos, metas e ações. - Elaborar a PAS anualmente com base no PMS e metas pactuadas. - Consolidar o RAG e os Relatórios	12	3	3	3	3	3

o monitoramento da saúde no município.		<p>Quadrimestrais conforme execução orçamentária e indicadores.</p> <p><b>Participação do Conselho Municipal de Saúde</b></p> <p>-Submeter os instrumentos ao CMS</p> <p><b>Alimentação do Sistema DigiSUS Gestor</b></p> <p>-Cadastrar os instrumentos no sistema</p>						
<b>Objetivo específico 2: Garantir a manutenção, o funcionamento regular e o fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde, assegurando sua autonomia, estrutura física e apoio técnico-administrativo para o pleno exercício do controle social.</b>								
Assegurar o funcionamento contínuo do Conselho Municipal de Saúde com reuniões periódicas, estrutura física adequada, acesso à documentação, suporte técnico, financeiro e administrativo, contribuindo para o exercício efetivo do controle social e para o cumprimento da legislação do SUS.	Nº de reuniões realizadas pelo CMS	<p><b>Apoio administrativo e técnico ao Conselho</b></p> <p>-Garantir equipe técnica para secretariar reuniões, organizar documentos e apoiar nas deliberações.</p> <p>-Designar servidor de referência para suporte ao CMS.</p> <p><b>Realização de reuniões e plenárias</b></p> <p>-Assegurar calendário anual de reuniões ordinárias e extraordinárias conforme regimento interno.</p> <p>- Apoiar logística das reuniões com transporte, alimentação e divulgação.</p> <p>- Incentivar a participação em eventos estaduais e nacionais do controle social.</p>	12	40	10	10	10	10
<b>Objetivo específico 3: Captar e gerir recursos proveniente de emendas parlamentares para fortalecer as ações e serviços de saúde municipais.</b>								
Garantir a utilização eficaz dos recursos de emendas	Percentual de emendas	- Identificar parlamentares e estabelecer canais para solicitação e negociação de	100%	100%	100%	100%	100%	100%

parlamentares para atender às demandas de saúde prioritárias do município, conforme aprovado pelo CMS	parlamentares indicadas com execução compatível às ações previstas no PMS	<p>emendas.</p> <p>Elaborar propostas técnicas detalhadas alinhadas ao Plano Municipal de Saúde e ao PPA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar planos de trabalho claros para aprovação conforme portarias vigentes.</li> <li>- Monitorar a execução dos recursos e prestar contas conforme legislação.</li> </ul>						
---	---	---	--	--	--	--	--	--

**Fonte Federal:** Gestão do SUS **Fonte Estadual:** Gestão do SUS **Fonte Municipal:** Próprio **Bloco:** Custeio

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O Plano Municipal de Saúde de Lajinha reafirma o compromisso da gestão pública com a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, consolidando-se como um instrumento estratégico para orientar as decisões e os investimentos no setor. Elaborado de forma participativa, com a contribuição de gestores, trabalhadores, usuários e do Conselho Municipal de Saúde, o documento expressa as necessidades reais do território e traduz as prioridades sanitárias identificadas ao longo da análise situacional.

Ao organizar diretrizes, objetivos, metas e ações para o período de vigência, o plano fortalece a integração entre os diferentes níveis de atenção, estimula a articulação com políticas intersetoriais e assegura a defesa dos princípios do Sistema Único de Saúde, especialmente a universalidade, a equidade e a integralidade do cuidado. Sua execução requer comprometimento permanente de todos os atores envolvidos na gestão e na operação do SUS municipal, além de monitoramento contínuo dos indicadores estabelecidos, permitindo ajustes, aprimoramentos e reprogramações sempre que necessários.

A implementação efetiva do plano contribuirá para elevar a qualidade dos serviços oferecidos, ampliar o acesso, garantir maior transparência na aplicação dos recursos e fortalecer o controle social, assegurando que as ações de saúde respondam de forma direta e eficiente às necessidades da população.

Assim, o Plano Municipal de Saúde de Lajinha deve ser compreendido como um instrumento dinâmico e em constante evolução, capaz de se adaptar às mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas, orientando a construção de um SUS municipal cada vez mais resolutivo, humano e comprometido com o bem-estar de todos os cidadãos.